

22/05/2019

Grande Imprensa

FOLHA DE S. PAULO - SP

[A fatura universitária](#)

[Bolsonaro desiste de ir a manifestação pró-governo e pede o mesmo a ministros](#)

[MEC quer trazer recurso para universidade com parcerias privadas](#)

[Exame de educação de adultos tem falha de segurança e Inep não garante prova](#)

[Professora que mentiu sobre Harvard pede desculpas, mas não explica motivação](#)

[Mesmo sem Harvard e patentes, alunos mantêm admiração por professora](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Os nós da educação](#)

[Bê-á-bá](#)

O GLOBO - RJ

[Falha de segurança ameaça realização do Encceja](#)

[Witzel apresenta projeto de lei para escolher reitores](#)

VALOR ECONÔMICO - SP

[Redução orçamentária deve se limitar a R\\$ 2 bi](#)

[Pravaler levanta R\\$ 300 milhões](#)

Agências de notícias e sites

BEM PARANÁ

[Corte de bolsas do Governo afeta pesquisas de saúde](#)

CLIC RBS

[Capes afirma que 236 bolsas de pesquisa estão bloqueadas no RS](#)

G1

[Tensão em Barão de Cocais \(MG\) deixa moradores com problemas emocionais](#)

GRUPO ORZIL

[Revista Em Aberto será tema do programa Salto para o Futuro desta quarta-feira, 22](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[UFPE e Univasf já sentem os efeitos do bloqueio na verba das universidades](#)

Agências de notícias e sites

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE

[Seminário no Recife faz alerta sobre cortes no financiamento das universidades](#)

FUNDACRED

[EduCAPES será apresentado em seminário sobre docência online](#)

GAZETA DO POVO - PR

[Ciência na Escola - a aposta do governo para formar nova geração de pesquisadores](#)

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

[Feira e Semana do Livro terão 400 títulos em exposição](#)

G1

[Corte vai obrigar aluno de medicina a viajar para usar laboratório de outra universidade federal, diz UFLA](#)

[Inscrições para bolsas de inovação tecnológica do Sebrae e CNPq estão abertas em RO](#)

GRUPO ORZIL

[Programa de cooperação científica do Brasil e França completa 40 anos](#)

JORNAL DO ÔNIBUS

[Simpósio vai debater doenças, obesidade e envelhecimento](#)

PROJETO COLABORA

[A Universidade é pública, a iniciativa é privada](#)

REPLICARIO

[Universidades Internacionais têm inscrições abertas para bolsas de estudos](#)

SALVADOR NOTÍCIAS-BA

[O que já é verdade e o que ainda é ameaça nos cortes da educação](#)

Imprensa Estadual

DIÁRIO DO NORDESTE - CE

[Valorização do Português](#)

JORNAL MONTES CLAROS

[Discussão ambiental como criadora e criatura do processo de globalização](#)

JORNAL NOTÍCIAS

[Da “balbúrdia” ao que interessa: Congresso discute Fundeb](#)

Agências de notícias e sites

CAMPO GRANDE NEWS

[UCDB lança vestibular e fortalece investimento no ensino, pesquisa e extensão](#)

DIÁRIO POPULAR - RS

[Professor da UFPel é empossado na Academia Brasileira de Ciências](#)

EMBRAPA

[Cientistas desvendam mecanismo de percepção do frio na macieira](#)

G1

[Cientista mineiro é exemplo de como Minas pode superar crise](#)

JOTA

[Concurso público para magistratura: por que idade mínima não é o verdadeiro problema](#)

AGÊNCIA ESTADO

[Ministro da Educação estuda dar bolsa para quem tiver nota alta no Enem e quiser ser professor](#)

G1

[Conselho Universitário elabora lista tríplice para escolha do reitor da Universidade Federal do Ceará](#)

PORTAL EXAME

[Da “balbúrdia” ao que interessa: Congresso discute Fundeb](#)

[Agora sou homemfóbico, diz Bolsonaro ao escolher 1ª reitora da UFRJ](#)

PORTAL VEJA

[Rui Costa \(PT\) quer que ricos paguem mensalidade em universidade pública](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO

A fatura universitária

Públicas ou privadas, alguém paga pelas universidades

O lado positivo de crises fiscais é que elas nos obrigam a repensar prioridades, oferecendo a possibilidade de nos livrarmos de dogmas. O governador da Bahia, Rui Costa, afirmou que estudantes de famílias ricas poderiam contribuir com a universidade pública pagando mensalidades. Costa, é importante frisá-lo, é do PT, partido que se destaca na defesa da chamada “universidade pública, gratuita e de qualidade”.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/helioschwartzman/2019/05/a-fatura-universitaria.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER

Bolsonaro desiste de ir a manifestação pró-governo e pede o mesmo a ministros

Presidente, que cogitou ir aos atos em apoio à gestão, foi aconselhado a não ir às ruas no dia 26

Brasília

Em reunião ministerial na manhã desta terça-feira (21), o presidente Jair Bolsonaro (PSL) pediu aos integrantes de sua equipe que não compareçam às manifestações em apoio ao governo marcadas para o próximo domingo (26). O próprio presidente desistiu de participar dos atos.

Segundo relatos feitos reservadamente à reportagem, a recomendação de Bolsonaro aos ministros foi feita depois que Abraham Weintraub (Educação) consultou o presidente sobre o tema.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/05/bolsonaro-desiste-de-ir-a-manifestacao-pro-governo-e-pede-o-mesmo-a-ministros.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO

MEC quer trazer recurso para universidade com parcerias privadas

Secretário diz que serão premiadas instituições que demonstrem boa governança e casos de sucesso

São Paulo

O Ministério da Educação elabora um plano de parcerias entre universidades e empresas para ser discutido com reitores em 20 dias, segundo o secretário de ensino superior, Arnaldo Lima.

A ideia é que a pasta tome a dianteira na aproximação entre a pesquisa feita no que Lima caracteriza como universidades com espírito empreendedor e as necessidades do mercado.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/05/mec-quer-trazer-recurso-para-universidade-com-parcerias-privadas.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Exame de educação de adultos tem falha de segurança e Inep não garante prova

Presidente do órgão negou que as instabilidades políticas tenham influência na situação

Brasília

A realização do exame federal para certificação de educação de jovens e adultos sofreu uma falha de segurança no Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), órgão ligado ao MEC (Ministério da Educação). O governo Jair Bolsonaro (PSL) não garante que a prova será realizada como previsto, em agosto, nem mesmo neste ano.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/05/prova-de-educacao-de-adultos-tem-falha-de-seguranca-e-inep-nao-garante-prova.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Professora que mentiu sobre Harvard pede desculpas, mas não explica motivação Joana D'Arc Félix demonstra surpresa sobre falta de registro de patentes em seu nome

Franca (SP)

A professora Joana D'Arc Félix, 55, recebeu a reportagem na Escola Agrícola de Franca para esclarecer suspeitas levantadas contra ela. Félix pede desculpas por ter dito que tinha pós-doutorado em Harvard e afirma que das 15 patentes que costuma citar apenas sete têm registro —mas demonstra surpresa ao ouvir que, segundo o Inpi, não há registro de patentes em seu nome. O mesmo ocorre em relação à dívida com a Fapesp, que ela diz querer esclarecer com a fundação.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/05/professora-que-mentiu-sobre-harvard-pede-desculpas-mas-nao-explica-motivacao.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Mesmo sem Harvard e patentes, alunos mantêm admiração por professora Checagem da Folha aponta que parte dos registros pedidos por Joana D'Arc Félix não foram concedidos

Franca (SP) e Rio de Janeiro

A pesquisadora Joana D'Arc Félix de Sousa, 55, não tem o pós-doutorado em Harvard nem parte das patentes que afirmava ter, mas preserva a reputação entre seus alunos.

A trajetória acadêmica que atraiu a mídia —inclusive a Folha— tem imprecisões e dados falsos, mas também feitos raros e um trabalho reverenciado por quem o conhece.

"Falavam da professora e eu achava que ela não existia", diz Verônica Marques, 19.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/05/mesmo-sem-harvard-e-patentes-alunos-mantem-admiracao-por-professora.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ESPAÇO ABERTO

Os nós da educação

ECONOMISTA, EMPRESÁRIO, MBA PELA UNIVERSIDADE DA CALIFÓRNIA

As comunicações intempestivas do governo e as manifestações realizadas recentemente são resultado da falta total de estudo e de planejamento do Executivo e da cega reação do corporativismo nas universidades públicas e dos sindicatos da área educacional. Como historicamente eles são avessos a mudanças, utilizaram-se das estapafúrdias afirmações do ministro da Educação para promover tais manifestações.

A balbúrdia em torno do modelo e do método educacional não é fato novo ou isolado na História do Brasil. Vários outros governos prometeram dar prioridade ao ensino básico, usando-o como arma populista eleitoral e até como slogan – como o “Brasil: Pátria Educadora” de Dilma Rousseff. Mas nunca cumpriram o prometido, deixando sempre a

educação básica num segundo plano.

Todos os países desenvolvidos e com altos índices de desenvolvimento humano têm como prioridade número um o ensino de zero a 6 anos de idade (creche), depois o ensino fundamental e o médio, para crianças e jovens dos 7 aos 17 anos, e finalmente o ensino superior. O Brasil tem 40 milhões de alunos no ensino público básico e 1,3 milhão em universidades públicas.

A essência do injusto modelo da educação pública brasileira reside no ensino básico de baixíssima qualidade para os mais pobres e na educação superior de alta qualidade para os mais ricos. A total disparidade está nas verbas públicas destinadas a cada uma dessas etapas. Números e fatos comprovam essa afirmação.

A prova contundente do direcionamento de verbas para a educação consta do relatório de investimento por aluno de 2015 da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que reúne 36 dos países mais ricos do mundo. No ensino superior, o investimento médio da OCDE foi de US\$ 15,7 mil e no Brasil, US\$ 14,3 mil, ou seja, praticamente igual (92%), apesar de o nosso país ser muito mais pobre. Em contrapartida, no ensino básico, a OCDE investiu US\$ 9,6 mil e o Brasil, US\$

3,8 mil, praticamente três vezes menos. Qual a lógica de tal disparidade?

Ainda para provar o direcionamento de verbas, o Instituto Nacional de Estudos Educacionais (Inep), em seu último relatório disponível, cobrindo o período 2006-2015, mostra o seguinte: como porcentual do produto interno bruto (PIB), as verbas públicas aumentaram 56% para o ensino superior e apenas 20% para o básico. Em valores absolutos, o ensino superior cresceu 304%, enquanto o básico só 198%. Trata-se de fato totalmente injusto, considerando o número de alunos e a classe social a que pertencem.

Vale registrar que o enraizado corporativismo na maioria das universidades públicas, tendo em vista a autonomia do uso de suas verbas, é quase sempre refratário a quaisquer mudanças. Na quase totalidade delas, 75% dos recursos são destinados à folha de pagamentos. E muitas – a USP incluída – incorrem em constantes déficits, apesar do grande volume de dinheiro a elas direcionado. Os salários são elevadíssimos, chega-se ao absurdo de termos professores recebendo por mês até R\$ 60 mil e funcionários, como auxiliares administrativos, R\$ 23 mil (vide Portal de Transparência das Universidades).

No caso do ensino superior, é comprovado que a grande maioria dos alunos é oriunda de escolas privadas e pertence ao estrato dos 20% mais ricos da população. Tanto isso é verdade que os “preocupados reitores” implantaram sistemas de cotas, sob o argumento de “minimizar os prejuízos causados pela desvantagem socioeconômica dos alunos oriundos do ensino público”. Culpa-se, portanto, a origem social do aluno, e não a péssima qualidade do ensino básico. Talvez seja uma forma de “estatizar” esses alunos e manter o status quo.

A possibilidade de cobrar mensalidades dos alunos ricos e oferecer gratuidade aos menos favorecidos é sempre rechaçada pelos reitores e pelos sindicatos. Provavelmente, com receio da interferência/cobrança dos próprios alunos na liberdade total de gastos

hoje existente na administração das universidades. Além disso, os governantes têm enorme temor de enfrentar o corporativismo das universidades por causa da capacidade de organização, aglutinação e reverberação de seus corpos docentes.

O sistema educacional brasileiro atual tem “orgulhosamente” como patrono Paulo Freire. Além de ter elaborado o projeto educacional do governo João Goulart, em 1962, Freire foi presidente da primeira diretoria executiva de ensino do PT, em 1981. Isso mostra a impossível imparcialidade ideológica da educação no Brasil, até os dias de hoje.

Quanto ao ensino básico, são de conhecimento público os baixos e decrescentes índices de avaliação. O atual modelo não é capaz de produzir gerações com maior desenvolvimento intelectual. Todas as crianças, ricas ou pobres, nascem na média com o mesmo potencial de desenvolvimento intelectual. É responsabilidade indelegável do Estado prover os meios para a evolução de todos, principalmente a educação básica de qualidade. Esse é o único e mais eficiente instrumento de equidade e justiça social.

Um novo modelo educacional para o Brasil mereceria, da parte dos Poderes da República, uma análise e uma discussão séria, imparcial e objetiva. Como os recursos são muito escassos, deveriam ser pelo menos incluídos nos estudos os seguintes temas. Primeiramente, a cobrança de mensalidade dos alunos do ensino superior público que tenham condições de pagar. Isso produziria enorme caixa excedente para investimento no ensino básico. Também o pacto federativo que será proposto pelo atual governo, se aprovado, direcionará verbas adicionais aos Estados e municípios, cuja maioria se encontra em estado de insolvência. São eles os principais responsáveis pelo ensino infantil, fundamental e médio. Dessa forma talvez se possa melhorar o nível do ensino básico brasileiro.

Erro na ação do governo e a previsível reação dos guetos de resistência

topo 

O ESTADO DE S. PAULO - SP - SONIA RACY

Bê-á-bá

Está em estudo, na Secretaria de Educação municipal, uma alteração da atual bonificação para professores e servidores que atingirem metas especificadas nas escolas da cidade, dentro do desenho da política geral de bônus instalada pela administração Bruno Covas.

Para tanto, foram realizadas três reuniões com membros dos cinco sindicatos da classe em questão. No centro da conversa, o bônus existente, hoje focado na redução das faltas de alunos – cujo resultado tem sido questionável.

Bê-á-bá 2

O governo estadual também está dando bônus na sua administração. Divulgou, mês passado, o pagamento de R\$ 425,4 milhões a 187.655 mil professores e servidores da secretaria Estadual da Educação.

Matemático

Para provar que a educação básica de baixíssima qualidade para os mais pobres e a educação superior de alta qualidade para ricos, é ponto central de injustiça no setor no Brasil, o empresário Carlos Alberto Paes Barreto fez contas.

Em 2015, segundo relatório da OCDE, o ensino superior teve investimento médio nos 36 países pesquisados, de US\$ 15,7 mil por aluno. No Brasil? US\$ 14,3 mil. Em compensação, no ensino básico, a OCDE tem média de US\$ 9,6 mil e o Brasil... US\$ 3,8 mil.

Matemático 2

O INEP segue mesma linha. Em seu último relatório disponível, de 2006/2015, mostra que as verbas públicas cresceram 56% para o ensino superior e apenas 20% para o básico.

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

Falha de segurança ameaça realização do Encejea

Servidora do Inep se esqueceu da senha para acessar a prova na gráfica em São Paulo e ligou para chefe em Brasília, que teria entrado em sala de segurança e repassado código por telefone; prova pode não ocorrer neste ano

Uma quebra no protocolo de segurança do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encejea), que está com inscrições abertas, foi detectada nas instalações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). A prova, que dá certificação de ensino fundamental e médio, estava marcada para agosto, mas corre o risco de não ser aplicada neste ano devido à falha, informou o presidente da autarquia, Alexandre Lopes.

Ele disse que, segundo as informações apuradas até o momento, não houve vazamento da prova. A quebra de segurança ocorreu na noite de segunda, quando uma servidora do Inep foi à gráfica em São Paulo onde será rodado o Encejea com a senha memorizada para abrir a mídia digital contendo a prova. Uma vez lá, ela se esqueceu do código e ligou para seus chefes no Inep. Um deles entrou na sala de segurança para pegar a senha novamente e repassá-la por telefone.

— Não houve vazamento da prova, mas houve uma quebra do protocolo de segurança. Quando acontece, temos que tomar as medidas necessárias — afirmou Lopes. Segundo ele, duas pessoas serão demitidas.

O presidente da autarquia não informou o nome do servidor que entrou na sala segura do Inep para pegar a senha, mas fontes ouvidas pela reportagem afirmaram ter sido Francisco Garonce, que assumiu a Diretoria de Avaliação da Educação Básica (Daeb) do Inep, responsável pelo Enem, a convite do ex-presidente Elmer Vicenzi, que passou menos de um mês no cargo até ser demitido na última sexta.

Garonce teria entrado na sala segura do Inep, onde há um rígido protocolo de segurança, e anotado a senha no braço. Depois, teria repassado o código por telefone à servidora que estava em São Paulo. A equipe que cuida da segurança dos exames do Inep registrou uma ocorrência diante da série de atos inadequados.

Lopes informou que "há chance" de a prova não ser aplicada neste ano. É provável que o exame — que já estava em um DVD no ambiente seguro da gráfica Valid, a mesma que fará o Enem — seja modificado. A equipe técnica ainda avaliará se aproveitará a atual versão da prova ou se criará outra.

INSCRIÇÕES PROSEGUEM

Apesar da indefinição, o cronograma de inscrições, abertas ontem, segue normal, segundo Lopes. Já foram 730 mil inscritos, segundo balanço do Ministério da Educação (MEC). O prazo termina em 31 de maio. A nova data das provas ainda será anunciada.

Lopes disse que o episódio não coloca o Enem em risco, ressaltando que o exame tem um esquema ainda mais rígido de segurança. O envio da mídia e da senha — feita por pessoas diferentes tanto no Enceja quanto no Enem — é escoltado por policiais federais que inclusive gravam a abertura do DVD no ambiente da gráfica.

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

Witzel apresenta projeto de lei para escolher reitores

Medida reduziria autonomia das universidades para definir dirigentes

paula.ferreira@infoglobo.com.br

O governador do Rio, Wilson Witzel (PSC), encaminhou à Assembleia Legislativa do estado (Alerj) um projeto de lei que altera o processo de escolha de reitores nas universidades estaduais, dando a ele o poder de selecionar os nomes a partir de lista tríplice.

Atualmente, as universidades do estado (Uerj, Uenf e Uezo) não submetem lista ao chefe do Executivo — cada uma define, em estatuto, seu mecanismo de consulta à comunidade acadêmica.

Apresentado em março deste ano e republicado no Diário Oficial do Estado em 7 de maio, o PL 274/2019 já foi distribuído para a Comissão de Constituição e Justiça e para a Comissão de Educação, mas ainda não foi apreciado.

A medida pede que a escolha seja feita nos moldes das instituições federais. Segundo o texto, a lista deve refletir o resultado de consulta direta e secreta à comunidade acadêmica, obedecendo ao percentual de votos de 70% para docentes, 15% para estudantes e 15% para funcionários.

O projeto tenta dar nova redação a uma lei de 1987 que já previa a lista tríplice. A Constituição do Estado do Rio, de 1989, no entanto, se sobrepôs a ela, estabelecendo que as universidades teriam autonomia total na eleição.

A reportagem apurou que o projeto, apresentado antes das manifestações de 15 de maio em favor da Educação pública, não deve ser pautado pelo governo para votação. Oficialmente, no entanto, a assessoria do governo mantém a opinião expressa nas publicações do Diário Oficial.

Na mensagem à assembleia, Witzel diz que o projeto atua “conciliando a prática democrática da eleição direta pela comunidade universitária (...) com a nomeação dos dirigentes máximos pelo Chefe do Poder Executivo, a partir de lista tríplice encaminhada pelas universidades (...)”.

Para o reitor da Uenf, Luís Passoni, amedidaéu ma tentativa de intervenção.

—Consideramos esse projeto um retrocesso frente ao que temos atualmente e que

garante que não haja intervenção política no processo sucessório. Quando há um governo republicano, tradicionalmente ele escolhe o primeiro da lista. Mas, se é para escolher o primeiro, o governador pode deixar como está, porque o processo já garante que seja eleito o mais votado.

A Uerj e a Uezo não responderam aos questionamentos da reportagem sobre o projeto proposto por Witzel.

A Uerj é a única cuja eleição atribui o mesmo peso a todos os segmentos que compõem a universidade. Segundo o estatuto, as eleições são feitas por consulta direta à comunidade acadêmica. Após o resultado, os conselhos superiores da instituição, em sessão conjunta, homologam o resultado e encaminham ao governador para nomeação do vencedor do pleito.

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL

Redução orçamentária deve se limitar a R\$ 2 bi

A preocupação com a possibilidade de mais manifestações contra o governo, a exemplo da que aconteceu na semana passada por conta dos cortes na educação, fez o presidente Jair Bolsonaro determinar à equipe econômica e também aos técnicos do Planalto que buscassem formas de evitar novos bloqueios de recursos.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/brasil/6269623/reducao-orcamentaria-deve-se-limitar-r-2-bi>

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS

Pravaler levanta R\$ 300 milhões

Neste primeiro semestre, das 100 mil vagas de Fies ofertadas pelo governo, apenas 38,7% foram preenchidas. É a pior adesão já registrada na história do programa. Desde a sua reformulação, em 2017, o programa vem registrando baixa adesão porque é difícil o aluno se enquadrar nas regras exigidas e o percentual da mensalidade financiado é baixo. Neste ano, ainda houve problemas de integração entre os sistemas da Caixa e do MEC.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/empresas/6269557/pravaler-levanta-r-300-milhoes>

topo ↕

BEM PARANÁ - TEMPO REAL

Corte de bolsas do Governo afeta pesquisas de saúde

Recentemente, o Ministério da Educação (MEC) anunciou o congelamento de 5 mil bolsas de estudos da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**. A medida foi adotada visando reduzir 30% dos gastos das verbas que estavam previstas para as universidades federais.

O congelamento chega a R\$ 819 milhões e equivale a 19% do valor autorizado. Desse total, R\$ 588 são de cortes em valores destinados para pesquisa no ensino superior.

A fundação oferece bolsas para alunos de pós-graduação e formação de professores para que esses possam contribuir para o desenvolvimento do país e proporcionar avanço em 49 áreas de estudos atualmente. Entretanto, o corte de bolsas afeta pesquisas de saúde e outros temas que são relevantes.

Os cortes não devem parar no **Capes**, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) também pode ter bolsas cortadas a partir de setembro.

O MEC afirma que os cortes foram feitos em bolsas que estavam ociosas, já as universidades informam que a ociosidade muitas vezes se deve ao período de remanejamento delas. Disse que quando um aluno conclui a sua pesquisa, a bolsa fica vaga para que outro possa usufruir dela e que essa rotatividade é normal.

A Unicamp teve a suspensão de pelo menos 40 bolsas, no Instituto de Biociências das USP o corte afetou 38 bolsas. Na UEL (Universidade Estadual de Londrina), 38 vagas que seriam ofertadas no segundo semestre sumiram do sistema.

Já na UFC (Universidade Federal do Ceará) os números são maiores, são 61 bolsistas que estão perdendo a oportunidade de realizar as pesquisas.

Como o corte de bolsas afeta pesquisas de saúde

Muitas das bolsas cortadas podem afetar diretamente as pesquisas na área de saúde que contribuem para o tratamento de doenças e pesquisas na área.

A Fiocruz é uma entidade que conta com bolsas para desenvolver as suas pesquisas e recentemente lançou uma testagem rápida para doenças que causaram surto no país.

Em apenas 15 minutos é possível saber se a pessoa está com dengue, zika e chikungunya e se a infecção é recente ou está presente há mais tempo. Atualmente, conforme dados da Euroclinix.net, cerca de 15% das pessoas não apresentam sintomas nas primeiras horas e dias. Com base nisso, talvez a pesquisa poderia facilitar o diagnóstico mais precoce.

A instituição também investe em pesquisa e produção de medicamentos para diversas outras doenças e o corte de bolsas afeta pesquisas de saúde, apesar de ainda não ter sido feito um levantamento do impacto que isso causará.

A CCS/UFRJ realiza pesquisas com adolescentes para identificar precocemente riscos de doenças cardiovasculares e o impacto das poluição ambiental na saúde.

Os dados conseguidos ajudam a entender os problemas de saúde e atuar de maneira preventiva evitando gastos futuros com tratamentos caros.

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) desenvolve pesquisas e estudos relacionados ao câncer, a depressão, Alzheimer e formas de melhorar a qualidade de vida dos agricultores. A interrupção de verbas podem paralisar os trabalhos que trariam novos conhecimentos no tratamento dessas doenças. Muitos dos bolsistas são jovens pesquisadores e formam equipes que desenvolvem talentos e impulsionam a produção de conhecimento no Brasil.

Havendo esses cortes, os danos podem ser irreparáveis, pois se perdem pesquisadores que poderiam desenvolver trabalhos que contribuam com a saúde da população. Muitos deles acabam indo para outros países e o Brasil fica com menos cientistas qualificados.

Outro impacto poderia ser a perda de recursos já investidos, uma vez que com os projetos paralisados as conquistas feitas até o momento ficariam interrompidas.

Todo o valor já utilizado seria perdido e, no caso da pesquisa ser retomada, seriam necessários mais investimentos além dos inicialmente previstos.

De uma forma geral, o que se vê é de um lado é o governo tentando diminuir as despesas e de outro o corte de bolsas que afeta a pesquisa de saúde e outros setores. Enquanto ocorre esse impasse, a população é a maior prejudicada.

topo ↕

CLIC RBS - TEMPO REAL

Capex afirma que 236 bolsas de pesquisa estão bloqueadas no RS Inicialmente, 397 benefícios foram congelados nas universidades gaúchas pelo governo federal

A **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)** confirmou que 236 bolsas de pesquisa seguem bloqueadas no Rio Grande do Sul. O número foi divulgado nesta terça-feira (21) pelo órgão, após solicitação de GaúchaZH. Inicialmente, o Ministério da Educação (MEC) havia congelado 397 benefícios a estudantes de mestrado, doutorado e pós-doutorado no Estado. Mas com a retomada de 161 vagas nos programas de excelência, anunciada na semana passada, a quantidade de bloqueios foi reduzida. Ao todo, no país, 3.574 bolsas seguem indisponíveis.

"Inglês sem Fronteiras" na UFRGS tem turmas novas suspensas por bloqueio de gastos na **Capex**"
"Inglês sem Fronteiras" na UFRGS tem turmas novas suspensas por bloqueio de gastos na **Capex**

Corte de bolsas da **Capex** chega a 3.474, diz presidente do órgão
Corte de bolsas da **Capex** chega a 3.474, diz presidente do órgão

As bolsas liberadas correspondem aos programas de pós-graduação, mestrado e doutorado com notas 6 e 7 _ as mais elevadas _ no sistema de avaliação da **Capex**. Os cursos com nota inferior não obtiveram liberação.

Questionada sobre a circulação de mensagens envolvendo o descredenciamento de 1,2 mil programas de pesquisa, a **Capex** informou que se trata de "fake news" e que não existe a possibilidade de descredenciamento dos cursos junto ao MEC.

No dia 8 de maio, o governo federal congelou 4.798 bolsas que não estavam sendo utilizadas no mês de abril. Com os desbloqueios das 1.224 bolsas de programas de excelência, o número de benefícios congelados reduziu. O presidente da **Capex**, **Anderson Correia**, garante que as ações poderão ser revertidas caso haja descontingenciamento em função da melhoria da economia do país.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Tensão em Barão de Cocais (MG) deixa moradores com problemas emocionais Cidade está em alerta máximo por causa do risco de desabamento de uma mina da Vale. A queda de um talude é iminente e pode atingir a barragem.

A cidade mineira de Barão de Cocais está em alerta máximo por causa do risco de desabamento de mais uma barragem da Vale e essa tensão tem provocado problemas emocionais entre os moradores.

A auxiliar de serviços gerais Elisângela Anacleto de Paula reclama que não dorme direito há três meses desde que surgiu a notícia de que a barragem corria o risco de se romper. Nas consultas no Centro de Atendimento Psicossocial de Barão de Cocais, Elisângela fala da ansiedade, do medo e do pânico de acontecer uma tragédia. "Sempre quando dá uma crise, alguma coisa, sempre tem um que possa me ajudar, mas fácil não é não", contou.

Ana Lúcia Perin é psicóloga do centro. Ela diz que o número de pessoas que tem procurado o **Capes** com a saúde mental abalada tem aumentado muito. "As demandas que a gente consegue identificar aqui são uma insônia que não passa, pessoas que, às vezes, permanecem ali o tempo todo acordadas esperando que às vezes aconteça o pior", explicou.

O município pediu reforço para contratar mais profissionais para dar conta da demanda. "A gente não dá conta sozinho de assumir os casos sem o apoio de outros serviços e de outros profissionais da saúde", contou a enfermeira Viviane Moraes.

Um grupo de trabalho com representantes da Secretaria Estadual da Saúde tem se reunido para preparar um plano de contingenciamento. A ideia é estabelecer ações para cuidar da saúde mental das pessoas se a barragem se romper.

Além do medo de rompimento, a tranquilidade da cidadezinha foi embora com o movimento de caminhões e de helicópteros sobrevoando.

Dona Maria tem que tomar remédio para controlar a pressão. "Preocupação sempre tem, né? Porque a gente vai dormir à noite. De dia, assim, não. Mas o pior é à noite. A gente põe nas mãos de Deus. É esperar para ver o que vai acontecer", disse a dona de casa.

topo ↕

GRUPO ORZIL - TEMPO REAL

Revista Em Aberto será tema do programa Salto para o Futuro desta quarta-feira, 22

A edição mais recente da revista Em Aberto, produzida pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (Inep), será tema do programa Salto para o Futuro, da TV Escola, que vai ao ar nesta quarta-feira, 22 de maio, às 20h. O programa vai discutir o tema da edição 103 da publicação, "Imagem e ensino: possíveis diálogos". A revista científica do Inep traz análises e discussões sobre as várias possibilidades de uso da imagem nas mais diversas áreas do conhecimento, com destaque para o ensino.

O programa exibirá um bate-papo entre a editora-executiva da publicação, a pesquisadora da Diretoria de Estudos Educacionais (Dired) Valéria Borges; e os pesquisadores responsáveis pela organizadores desta edição da revista Em Aberto, Josie Aghata Parrilha da Silva e Marcos Cesar Danhoni Neves.

O primeiro bloco do programa vai apresentar a revista, explicar o contexto do seu surgimento, e como acessar e publicar no periódico. Nos blocos seguintes, os convidados entram no tema da edição 103, discutindo a possibilidade de aproximação entre arte e ciência, a construção de um instrumento óptico para criar efeitos tridimensionais em obras de arte, o potencial transdisciplinar das imagens em livros didáticos, a representação de seres humanos em fotografias nos livros de física e a possibilidade de utilização da revista na formação de professores. cursos especiais+

O programa Salto para o Futuro debate os principais assuntos da educação brasileira. Toda semana, Bárbara Pereira e Murilo Ribeiro recebem especialistas e personalidades para discutir experiências bem-sucedidas e iniciativas inovadoras na área da educação, além dos assuntos que afetam toda a sociedade e que têm impacto direto no cotidiano das escolas.

Em Aberto – Editada desde 1981, a revista Em Aberto é uma publicação monotemática e quadrimestral do Inep. A revista científica é classificada no Qualis Periódicos/Capes com o conceito B1. A proposta da publicação é estimular e promover a discussão de questões atuais e relevantes da educação brasileira, trazendo pontos de vista diferentes. A cada edição, são publicados artigos, resenhas e bibliografias comentadas.

Cada número temático é de responsabilidade de um organizador e deve conter diversidade de textos, contemplando a pluralidade das regiões brasileiras, incluindo artigos com dados de pesquisa, outros referentes às questões teóricas suscitadas pelo tema e, ainda, artigos de revisão de literatura.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

UFPE e Univasf já sentem os efeitos do bloqueio na verba das universidades

A UFPE anunciou cortes de bolsas de pós-graduação, enquanto a Univasf comunicou que haverá interrupção no fornecimento de refeições

O bloqueio na verba das universidades federais do País já atingiu pelo menos duas instituições do Estado. Nesta terça-feira (21), a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) anunciou que houve o corte de 33 bolsas de pós-graduação referentes ao mestrado, doutorado e pós-doutorado. Já a Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf) informou, por meio de nota, que haverá a interrupção no fornecimento de refeições para estudantes de graduação e pós-graduação na modalidade Prioridade 2 (P2).

Segundo as duas instituições informaram, as medidas estão diretamente ligadas ao contingenciamento na verba das universidades federais anunciado pelo Ministério da Educação (MEC), do governo Bolsonaro.

UFPE

A UFPE anunciou que, inicialmente, foram cortadas pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** 51 bolsas. Desse quantitativo, 18 bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado de cursos com notas 6 e 7 na instituição foram devolvidas. No entanto, a **Capes** não devolveu 33 bolsas.

Das bolsas que não foram devolvidas, 32 faziam parte do Programa de Demanda Social (DS) - que são bolsas de mestrado e doutorado ofertadas a cursos de nota 3 a 5 de universidades públicas - e uma fazia parte do Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD) - ofertadas a cursos de qualquer nota -.

Univasf

Segundo comunicou a Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (Proae) da Univasf por meio de nota, a partir do dia 1º de junho haverá a interrupção por tempo indeterminado do fornecimento de refeições para estudantes participantes da modalidade Prioridade 2

(P2). Ela é destinada a todos os estudantes de graduação e pós-graduação que não estejam recebendo bolsas acadêmicas.

Ainda de acordo com o Proae, os universitários da modalidade Prioridade 1 (P1), que é destinada aos estudantes de graduação com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, não serão afetados porque os recursos do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) não foram atingidos pelo bloqueio.

A reportagem do Jornal do Commercio entrou em contato com a pró-reitoria da Univasf para saber quantos estudantes serão atingidos com a interrupção do fornecimento das refeições, mas até a publicação desta matéria não obteve retorno.

Veja as notas das universidades
UFPE

"Neste mês de maio, a UFPE recebeu o corte de 33 bolsas de pós-graduação referentes aos cursos de mestrado, doutorado e pós-doutorado. A medida foi tomada pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** em função da medida de cortes nos orçamentos das instituições de ensino federais executada pelo Ministério da Educação (MEC).

A **Capes** afirmou que o bloqueio não atinge estudantes cujos mestrados e doutorados estão em andamento. No entanto, a medida impede que novos candidatos recebam bolsas que já possuíam verba liberada e prevista para este ano.

O corte inicial havia sido de 51 bolsas, porém, na última semana, a **Capes** devolveu 18 bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado aos cursos com notas 6 e 7 da UFPE. No entanto, as 33 bolsas restantes seguem suspensas e sem previsão de reativação.

As bolsas congeladas faziam parte do Programa de Demanda Social (DS), do Programa de Excelência Acadêmica (Proex), e do Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD) e contemplavam os Programas de Pós-Graduação de Administração, Antropologia, Biotecnologia (Rede), Ciência de Materiais, Educação Física, Engenharia Mecânica, Ciência da Computação, Genética, Inovação Terapêutica, Matemática, Medicina Tropical, Neuropsiquiatria e Ciências do Comportamento, Tecnologias Energéticas Nucleares, Engenharia de Produção, História, Ciência Política, Biologia Animal, Química e Física.

Abaixo a relação das bolsas suspensas por programa:

Programa de Demanda Social (DS) – Bolsas de mestrado e doutorado para cursos de nota 3 a 5 de universidades públicas: 32 bolsas de pós-graduação cortadas, sendo 15 do mestrado e 17 do doutorado.

Programa de Excelência Acadêmica (Proex) – Bolsas de mestrado e doutorado para cursos de nota 6 e 7 (notas máximas): 15 bolsas de pós-graduação suspensas, sendo 10 do mestrado e 5 do doutorado. Na última semana, a **Capes** cancelou a suspensão das bolsas desse programa, dessa forma as 15 bolsas voltaram a ficar disponíveis.

Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD) – Bolsas de pós-doutorado (cursos de qualquer nota): 4 bolsas suspensas, no entanto, assim como as bolsas do Proex, a **Capes** voltou atrás e reativou 3 bolsas para os cursos com nota 6 e 7, havendo dessa

forma o cancelamento de apenas uma."

UNIVASF

"A Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (Proae) da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf) comunica a suspensão, por tempo indeterminado, do fornecimento de refeições para os estudantes da Prioridade 2 (P2). O fornecimento será suspenso a partir do dia 1º de junho. Os estudantes que têm créditos que ultrapassam a data do dia 31 de maio devem ser reembolsados pelos créditos excedentes.

A suspensão do fornecimento de refeições para o P2 está diretamente relacionada ao contingenciamento do orçamento de custeio destinado ao funcionamento da Univasf, que subsidia esta modalidade. Os discentes da Prioridade 1 (P1) continuarão realizando refeições normalmente, uma vez que os recursos do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) não foram contingenciados."

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE - TEMPO REAL

Seminário no Recife faz alerta sobre cortes no financiamento das universidades

O seminário alusivo aos 40 anos do Programa Capes/Cofecub, que acontece até esta terça-feira (21) no Mar Hotel, em Boa Viagem, foi aberto com um alerta contra os recentes bloqueios governamentais no financiamento das instituições de ensino superior brasileiras e as ameaças às ciências sociais.

O reitor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Anísio Brasileiro, destacou a importância da realização do evento no momento em que os cortes no orçamento impedem o funcionamento adequado das universidades. Ele lembrou que o programa da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** começou no Nordeste e, desde o início, investiu nas ciências humanas.

O embaixador da França no Brasil, Michel Miraillet, externou preocupação com os cortes no orçamento e as ameaças às ciências sociais. "O Brasil e a França têm uma forte cooperação nessa área, e ninguém pode não se sensibilizar com as ameaças a esse campo do conhecimento", disse.

De acordo com o reitor da UFPE, hoje, há 1,3 mil cursos de pós-graduação no Nordeste, o que corresponde a 22% da pós-graduação brasileira. "Estou no fim do meu mandato de oito anos e encerro minha carreira na gestão pública. Desejo o fortalecimento da nossa cooperação solidária entre os povos em benefício da educação pública", ressaltou.

topo 

FUNDACRED - TEMPO REAL

EduCAPES será apresentado em seminário sobre docência online

Repositório digital de material didático dos cursos do sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), o portal EduCAPES será apresentado aos participantes do primeiro seminário organizado pela Associação de Educação a Distância dos Países de Língua Portuguesa (EaD@PLP). O ciclo de conferências debaterá os desafios da docência online entre segunda-feira (20) e sexta-feira (24).

Gratuito, o evento é composto por atividades como palestras e mesa de debate, realizadas em ambiente virtual. Os participantes que cumprirem os requisitos exigidos (interagir nos fóruns de conteúdo com, no mínimo, três postagens em cada dia do evento) receberão certificado ao final do seminário. Para se inscrever, clique aqui.

Lançado em 2016, o portal EduCAPES fornece, de forma gratuita, acesso a milhares de objetos de aprendizagem, que podem ser consultados por qualquer pessoa que quiser aprimorar seus conhecimentos. O acervo inclui textos, livros didáticos, artigos de pesquisa, teses, dissertações, videoaulas, jogos, áudios e diversos outros tipos de materiais de ensino e pesquisa.

O site está disponível em computadores e dispositivos móveis e permite a pesquisa de acordo com o tipo de mídia, assunto, autores e data do documento, entre outros filtros. Interessados em enviar conteúdo para o sistema devem ter a autoria do material ou a licença de direitos autorais e fazer o cadastro no portal. Também é necessário que o arquivo tenha uma licença Creative Commons, que permite adaptações e criações a partir do trabalho original.

topo ↕

GAZETA DO POVO – PR - TEMPO REAL

Ciência na Escola - a aposta do governo para formar nova geração de pesquisadores

Programa tem quatro eixos principais e vai premiar iniciativas que levem a ciência ao ensino básico; educadores elogiam, mas fazem ressalvas

O governo Bolsonaro lançou recentemente um programa que, se cumprir seus objetivos – e não faltam céticos, em meio aos cortes na educação –, ajudará a formar uma nova geração de cientistas no médio prazo.

Uma das grandes apostas do Executivo no primeiro ano de mandato, o Ciência na Escola envolve os Ministérios da Educação e da Ciência e Tecnologia. Os 114 milhões de reais reservados para o programa são modestos se comparados a outras iniciativas de governos anteriores – o Ciência Sem Fronteiras, controverso projeto de Dilma Rousseff, consumiu mais de 13 bilhões de reais. Mas a meta é ambiciosa. O objetivo principal é aumentar a afinidade dos estudantes com a ciência para, no médio prazo, reduzir o déficit de pesquisadores no país.

O projeto é dividido em quatro iniciativas. A mais importante delas reserva 100 milhões de reais para financiar projetos que serão selecionados por uma competição nacional. A ideia é beneficiar intercâmbios entre instituições de ensino superior e escolas, envolvendo inclusive mais de uma unidade da federação. As propostas selecionadas começarão a ser aplicadas ainda neste ano, e seguem até 2022.

Sem fórmulas prontas

Pesquisadores elogiam o fato de o programa não apresentar uma fórmula pronta, mas premiar propostas que demonstrem ser efetivas. De fato, iniciativas isoladas já acontecem país afora.

A Universidade Federal de São Carlos, por exemplo, mantém o programa Futuro Cientista, que seleciona alunos de escolas públicas e faz um trabalho de imersão para incentivá-los a seguir carreira na área. Curitiba lançou o programa “Cientista na Escola”, cuja lógica é simples: as escolas se cadastram e requisitam a presença de cientistas para falar aos alunos sobre o que eles fazem. Mais de 15 mil crianças foram beneficiadas, segundo os cálculos da prefeitura.

Leia também: Corte de 3,5% ou 30%? Entenda essa e outras causas da paralisação na educação

Em Alagoas, um projeto estadual batizado de Cientista Mirim permite que crianças e adolescentes simulem a rotina de um pesquisador e sejam acompanhados por “padrinhos” cientistas.

O professor Márlon Barbosa Soares, professor de Química na Universidade Federal de Goiás, afirma que o programa Ciência na Escola é bem-vindo porque supre uma carência encontrada por cientistas país afora. “Estes pesquisadores têm muitos projetos de inserção na escola, que grande parte das vezes não tem o devido financiamento por parte do governo federal. Muitas vezes, há projetos nas escolas que são financiados com dinheiro do próprio pesquisador”, diz ele.

Ademir Valdir dos Santos, professor da Universidade Federal de Santa Catarina e historiador da educação, também afirma que a concepção do programa é boa. “Ideias do tipo, especialmente as que permitem essas associações entre instituições de ensino, são sempre bem-vindas”, afirma.

Entusiasmo com a ciência e formação de professores

A segunda parte do programa, em uma escala menor, é uma seleção de projetos de pesquisa que envolvam a popularização da ciência para alunos do ensino básico. Neste caso, a seleção será feita pelo CNPq e os projetos terão duração de 24 meses, ao custo total de 10 milhões de reais. O edital exige que os projetos sejam elaborados conjuntamente por pesquisadores do ensino superior e por professores de escolas. A meta é financiar 100 projetos de pesquisa. As inscrições acontecem durante o mês de maio e o resultado da seleção será divulgado em setembro.

A terceira parte do programa, batizada de “Ciência é 10”, funcionará como uma espécie de especialização de professores da rede pública, com foco nos docentes do 6º ao 9º ano. As aulas serão virtuais. O curso será oferecido de fevereiro de 2020 a junho de 2021, e o objetivo do governo é selecionar 2 mil professores para participar da especialização. Este item tem custo estimado de 3 milhões de reais e terá a participação da **Capes** e da Universidade Aberta do Brasil.

Leia também: Como motivar estudantes do 6.º ao 9.º ano do ensino fundamental

Segundo alguns especialistas, esta parte do programa tem uma boa relação custo-benefício: o orçamento é relativamente baixo e a possibilidade de alcance é elevada, já que o efeito multiplicador da medida seria considerável. Entretanto, é preciso aguardar os resultados com cautela: “Não pode haver formação continuada onde não houve nem mesmo a formação inicial”, avalia Ademir Valdir dos Santos, historiador da Educação e professor da Universidade Federal de Santa Catarina. Na opinião dele, a falta de preparo adequado de boa parte dos professores pode diminuir o efeito do programa.

Olimpíada Nacional de Ciências

O quarto componente do Ciência na Escola é a ampliação da Olimpíada Nacional de Ciências - que já acontece anualmente. A promessa é que a edição de 2019, organizada pela Universidade Federal do Piauí, tenha 1 milhão de participantes (a maior parte, dentro das próprias escolas onde estudam), cinco vezes mais do que em 2018. O MEC

planeja investir 1 milhão de reais nessa expansão. As inscrições serão abertas em junho e a etapa final deve ocorrer em novembro.

A Olimpíada tem o poder de incentivar jovens de todo o país a se dedicarem à pesquisa científica desde cedo. Mas o professor Márlon Barbosa Soares diz que aumentar o interesse dos estudantes pelas ciências só vai resultar em um aumento sólido no número de cientistas se essas carreiras se mostrarem atrativas. “Hoje, esses profissionais são extremamente mal valorizados em termos de carreira e em termos salariais”, diz ele.

Com corte de recursos?

Com o programa, o governo reforça sua promessa de priorizar as ciências exatas e biológicas em detrimento das humanas. “É justamente o que a gente quer fazer: manter investimentos em educação, pesquisa e conhecimento, mas em coisas que tragam bem-estar para toda a nossa população”, disse o ministro da Educação, Abraham Weintraub, durante o lançamento do programa, no dia 17 de abril.

Embora elogiem o lançamento do programa para incentivar a formação de cientistas, especialistas lembram que a medida se dá em meio a um corte de recursos nas áreas de educação e ciência.

O professor Francisco de Assis Marques, do Departamento de Química da Universidade Federal do Paraná, é cético: “Esse programa de levar a ciência para as escolas a gente já faz sistematicamente, inclusive com projetos de treinar professores para fazer experimentos dentro de sala de aula. O projeto do governo federal é importante. Mas esse governo é o mesmo que cortou 30% do orçamento das universidades”, diz ele, que critica a tese de que as ciências exatas devem ser priorizadas. “A filosofia ensina a pensar. Ensina mecanismos de raciocínio. A criança vai ter dificuldades de entender alguns experimentos sem raciocínio”, afirma.

Ademir Valdir dos Santos também faz ressalvas. Ele alerta que o governo precisa ter uma visão abrangente e de longo prazo. “Não adianta só investir na aprendizagem de ciências quando os alunos têm deficiências sérias de matemática, por exemplo. Eles vão ter dificuldades de fazer os cálculos necessários na química, na física”, diz. Além disso, lembra ele, as escolas em situação mais precária - em zonas rurais, por exemplo - tendem a ser menos beneficiadas pelo novo programa do que as de áreas urbanas e mais ricas, já que estão longe de museus ou universidades. Para o professor, o programa Ciência na Escola parece ser um passo na direção correta. Mas é apenas um passo em uma longa jornada.

topo ↕

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ - TEMPO REAL

Feira e Semana do Livro terão 400 títulos em exposição

A novidade é a presença da Edusp; haverá descontos de 50%, obras de R\$ 5,00 a R\$ 10,00 além de brindes

Amantes e admiradores da leitura terão novamente a oportunidade de se aventurarem pela oferta de mais de 400 títulos de publicações que serão expostas, de 5 a 7 de junho, na 13ª Feira de Livros Eduem e na Semana do Livro da Editora da UEM 2019, em duas tendas afixadas no estacionamento do Restaurante Universitário da Universidade Estadual de Maringá.

Metade dos títulos são de obras editadas pela Eduem, somando os livros convencionais e os didáticos da coleção Fundamentum. A Editora da Universidade de São Paulo (Edusp) também estará no local com outros 200 títulos e, juntas, elas colocarão à disposição dos visitantes livros de todas as áreas do conhecimento.

Como ocorreu em outras edições do evento, será dado desconto de 50% sobre o preço de capa e ainda poderão ser encontradas obras da Eduem com valores promocionais de R\$ 5,00 a R\$ 10,00.

Além disso, a cada R\$ 50,00 em compras a pessoa terá direito a um brinde, que será um livro relacionado numa lista prévia definida pelos organizadores da Feira.

As duas tendas terão área de 200 metros quadrados e a mostra vai funcionar das 9 às 21 horas, sem intervalo. As compras poderão ser pagas inclusive com cartões.

Criada em 2006, a Eduem surgiu como órgão suplementar da Universidade Estadual de Maringá, vinculada à Reitoria. Mas, desde 1992 a UEM já tinha a tradição de editoração científica de livros e periódicos. Essas publicações eram feitas por meio de um Programa de Editoração Científica ligado a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação.

A criação

Desde a criação, a Editora publicou mais de 300 títulos novos, com o objetivo editorial de promover a divulgação de trabalhos científicos, técnicos, didáticos, culturais e paradidáticos de interesse de pesquisadores de instituições científicas do País e do exterior, nos mais diversos campos do conhecimento.

A Universidade também dispõe de uma livraria da Editora, responsável por comercializar livros publicados pela Eduem e editoras universitárias e comerciais brasileiras. Regularmente, a Editora da Universidade participa de feiras e eventos nacionais e internacionais.

Essa participação ocorre por meio da participação de funcionários da Eduem/Livraria e da Associação Brasileira de Editoras Universitárias (ABEU), da qual é filiada. Anualmente, a Editora obtém financiamentos para a publicação de livros e periódicos.

A Eduem também publica oito periódicos (Actas Scientiarum- todos qualificados no ranking da **Capes/Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**), que também contaram com financiamentos da Fundação Araucária e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Outras informações sobre a Feira e a Semana do Livro podem ser obtidas na Livraria Eduem, Bloco F-05, câmpus universitário, ou pelo telefone (44) 3011-1363.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Corte vai obrigar aluno de medicina a viajar para usar laboratório de outra universidade federal, diz UFLA

Universidades com o maior percentual de corte, segundo dados da Andifes, dão panorama do impacto causado pelo corte. Além da paralisação de obras, reitores dizem que podem fechar as portas no 2º semestre.

A falta de verba pode fazer que alunos de medicina da Universidade Federal de Lavras (UFLA) tenham que viajar por três horas até Belo Horizonte para poder usar laboratórios, de acordo com a pró-reitoria de Planejamento e Gestão da UFLA. O cenário é um exemplo apontado por reitores sobre como os cortes afetam as 10 universidades no topo do ranking dos bloqueios elaborado por entidade do setor.

Entenda o corte de verba das universidades federais

O G1 procurou as universidades apontadas pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil (Andifes). De acordo com as entidades, o contingenciamento anunciado pelo Ministério da Educação (MEC) vai afetar o investimento em obras, ampliação de laboratórios, compra de reagentes para procedimentos químicos e até no andamento de novos cursos como medicina e engenharia. Em alguns casos, se os bloqueios não forem revertidos como espera o governo federal, as reitorias alegam que podem ficar sem recursos para operar já a partir do segundo semestre.

Os reitores afirmam que o contingenciamento deste ano é ainda mais problemático que os de anos anteriores porque as universidades já vinham enfrentando redução no orçamento. Um levantamento feito pelo G1 em 2018 apontou que 90% das universidades tiveram perdas reais de recursos em comparação a 2013. Na prática, o orçamento para gastos não obrigatório já estava menor. De 2013 a 2017, o repasse total garantido pelo MEC encolheu 28,5% quando corrigido pela inflação acumulada no período.

Como os pagamentos de salários e aposentadorias são despesas obrigatórias, ou seja, não podem ser manejadas, o que sobra para os reitores administrarem é verba destinada para despesas não obrigatórias. São despesas de custeio (verbas para pesquisa, contas de luz, água, telefone, e pagamento de terceirizados, como seguranças e faxineiras) e investimento (gastos com obras e compra de equipamentos).

É justamente sobre estes recursos que o MEC anunciou o contingenciamento. Na última atualização divulgada pelo ministério, o bloqueio representava 24,84% dos gastos não obrigatórios.

Impactos do bloqueio nas universidades

UFSB Redução de 30% de recursos para pesquisa; cancelamento de obras e compra de equipamentos

UFMS Suspensão de novos projetos, investimentos, obras e capacitação de funcionários

UFGD Suspensão de novas contratações e editais de pesquisa e extensão

UFCA Suspensão de compras e serviços, investimento em capacitação, ações acadêmicas extracurriculares

UFLA Suspensão da compra de materiais para mais de 250 laboratórios, investimento em laboratórios dos cursos de medicina e engenharias

UFT Suspensão temporária de editais, bloqueio de diárias e passagens, pagamento de contas contínuas

UNIFAP Manutenção e funcionamento, contratos de segurança, limpeza, energia elétrica e bolsas diversas

UNIVASF Bloqueio de R\$ 11 milhões sobre programas e ações, restrição de 84% do capital de investimento

UNIFESSPA Redução dos investimentos em obras e aquisição de equipamentos
UFRR Redução nos contratos de serviços (limpeza, segurança, energia, água); bolsas estudantis (de Pesquisa e Pós-graduação e de Extensão), capacitação de servidores; e investimentos (construções de obras e aquisições de equipamentos didáticos), manutenção de espaços e pagamento de pessoal terceirizado, entre outras.

Medicina e engenharia sem laboratórios

O pró-reitor de Planejamento e Gestão, João Chrysostomo de Resende Júnior, da Universidade Federal de Lavras (UFLA), afirma que a instituição pode deixar de funcionar a partir de setembro se o bloqueio for mantido.

Ele afirma que foi preciso suspender a ampliação de laboratórios do curso de medicina no campus de Lavras e de cinco engenharias (civil, elétrica, produção, software, mecânica, materiais, química, física) nos campus de Lavras e de São Sebastião do Paraíso.

Ele explica que o curso de medicina no campus de Lavras foi aberto em 2014 e, desde então, os laboratórios estavam sendo implementados conforme os estudantes iam passando de ano. Agora, os universitários terão que fazer as aulas práticas no campus da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que fica em Belo Horizonte – a três horas de viagem de Lavras.

“Cada mês que passa sem eu saber se o contingenciamento vai ser revertido ou não, mais medidas drásticas terão que ser tomadas. Eu posso adiar uma obra, mas não posso adiar o pagamento de um terceirizado. Um exemplo é a segurança e manutenção do campus. A Ufla tem uma área verde enorme, precisa de segurança e paisagismo” - João Chrysostomo, pró-reitor

Corte na pesquisa para pagar água e luz

Já na Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), uma das universidades que mais sofreram bloqueios no orçamento segundo a Andifes, foi necessário o corte de 30% do investimento dedicado à pesquisa.

Segundo a universidade, a medida foi tomada para “honrar o pagamento” dos contratos dos funcionários terceirizados e pagar contas de água e luz.

“Não posso dizer que é a melhor forma, mas eu acho que é a forma que existe, o corte vai ser geral, em todos os cursos, e vai chegar na infraestrutura também” disse o pró-reitor de pesquisa e pós-graduação da UFSB, Rogério Hermida Quintella.

Freio na expansão universitária

Segundo o vice-reitor UFSB, Francisco José Gomes Mesquita, além do corte na pesquisa, a construção de salas de aula e laboratórios em três campi da universidade (Itabuna, Porto Seguro e Teixeira de Freitas) correm risco de ser interrompidas.

“A universidade foi criada do zero. Nós temos quatro obras em andamento, em três campi. São obras básicas, salas de aula e laboratório básico, de graduação e pós-graduação que, se interrompidas, vão afetar os alunos” - Francisco José Gomes Mesquita, vice-reitor da UFSB

Cortes por ação orçamentária

O bloqueio também vai atingir a saúde comunitária. No Tocantins, 100% dos recursos que seriam destinados à implantação do Hospital Universitário da Universidade Federal

do Tocantins (UFT) foram bloqueados.

Outro hospital, voltado à saúde da mulher, também teve todos os recursos de implantação restringidos (os dados da Andifes não deixam claro em que estado a unidade seria criada).

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, afirmou que o recurso poderá voltar a ser liberado se a reforma da Previdência for aprovada e se a economia do país melhorar no segundo semestre.

*Com a supervisão de Ardilhes Moreira

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Inscrições para bolsas de inovação tecnológica do Sebrae e CNPq estão abertas em RO

Valor da bolsa será de R\$ 4 mil mensais. Bolsistas de extensionismo tecnológico e orientadores devem acompanhar 280 empresas em diversos municípios.

Um processo seletivo voltado para profissionais de nível superior que pretendem trabalhar com inovação tecnológica foi divulgado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas em Rondônia (Sebrae), juntamente com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Os selecionados receberão bolsas no valor de R\$ 4 mil mensais, por 18 meses, com o objetivo de implantar uma nova metodologia em pequenas empresas de Porto Velho, Ariquemes (RO), Ji-Paraná (RO) e Vilhena (RO).

As inscrições estão abertas e podem ser feitas pela internet até o dia 6 de junho e a prova está prevista para ser realizada no dia 22 do mesmo mês.

Segundo o edital, bolsistas do CNPq, capacitados pelo Sebrae como Agentes Locais de Inovação e Orientadores, acompanharão um conjunto de 280 empresas. O projeto tem o foco de facilitar a implantação da Gestão de Inovação nos pequenos negócios.

Durante o projeto, o orientador terá como função identificar e sistematizar os gargalos tecnológicos, fazer o levantamento e sistematização das demandas apresentadas pelas empresas, trazer ofertas tecnológicas disponíveis na região, promover a aproximação das empresas com o ecossistema de inovação para apresentação de ofertas tecnológicas às demandas identificadas, elaborar e publicar dois artigos e orientar os agentes locais de inovação em suas publicações (artigo e estudo de caso).

Os agentes terão como objetivo atuar como facilitadores da implantação da gestão da inovação nos pequenos negócios selecionados a integrar o projeto no estado.

topo ↕

GRUPO ORZIL - TEMPO REAL

Programa de cooperação científica do Brasil e França completa 40 anos

Criado há 40 anos, o programa de parceria entre CAPES e Comitê Francês de Avaliação da Cooperação Universitária com o Brasil (Cofecub) está sendo discutido em seminário que se encerra nesta terça-feira, 21, em Recife (PE). A iniciativa abrange todas as áreas de conhecimento com o objetivo de desenvolver e fortalecer as cooperações científicas e as relações entre centros de pesquisa e universidades

brasileiras e francesas, por meio de projetos de excelência comuns que apoiem a mobilidade de pesquisadores e estudantes, promovendo a internacionalização entre os países.

A cerimônia de abertura, neste domingo, contou com a presença de **Anderson Correia**, presidente da **CAPES**, Anísio Brasileiro, reitor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Bernard Dreyfus, presidente do Cofecub, Michel Miraillet, embaixador da França no Brasil, entre outras autoridades. Nesta segunda-feira, Mauro Rabelo, diretor de Relações Internacionais da **CAPES**, participou da mesa de debate “**CAPES-Cofecub: 40 anos depois. Onde estamos?**”. cursos especiais+

O seminário é organizado pela UFPE. Também participam coordenadores dos projetos **CAPES/Cofecub**, pesquisadores e pós-graduandos. O programa é um acordo de cooperação interuniversitária, assinado em 1979, que tem como parceiros institucionais, no Brasil, a **CAPES**, e, na França, o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério do Ensino Superior e da Pesquisa, representados pelo Cofecub.

O programa incentiva a formação de equipes interdisciplinares, a associação com empresas e atores sociais, a inovação e a transferência de conhecimento para a sociedade, mediante patentes e publicações conjuntas.

(Brasília – Redação CCS/CAPES)

A reprodução das notícias é autorizada desde que contenha a assinatura ‘**CCS/CAPES**’

topo ↕

JORNAL DO ÔNIBUS - TEMPO REAL

Simpósio vai debater doenças, obesidade e envelhecimento

Cerca de 240 pesquisadores, estudantes e profissionais do Brasil e do Exterior vão participar do 3º Simpósio Internacional de Patologia Experimental que acontecerá em Londrina (Norte) a partir desta quarta-feira (22), às 8h30, com atividades no Centro de Eventos e Convenções do Aurora Shopping e no Centro de Ciências Biológicas (CCB) da UEL.

O Simpósio prossegue até esta sexta-feira (24), e apresenta os últimos resultados de estudos relacionados a doenças como chikungunya, dengue e febre amarela, além de problemas que afetam a população mundial, como obesidade precoce e o envelhecimento. A iniciativa é do Programa de Pós-Graduação em Patologia Experimental da UEL.

Segundo a professora Alessandra Lourenço Cecchini Armani, da comissão organizadora, a Patologia é um ramo científico que reúne profissionais de diversas áreas relacionadas à saúde, com foco na análise e estudo de órgãos e tecidos, buscando o diagnóstico de doenças. Ela explica que o Simpósio Internacional é promovido a cada dois anos, sempre buscando trazer à tona pesquisas de ponta.

A programação traz minicursos, mesas-redondas e conferências. A palestra de abertura será nesta quarta-feira, às 8h30, com o palestrante convidado, Marcelo José Villar, da Austral University (Argentina). Ele vai abordar o tema Medicina translacional. Entre os palestrantes internacionais, acrescenta a professora, estão dois médicos, um farmacêutico e um bioquímico, de instituições de renome da América Latina, Estados Unidos, Bélgica e Reino Unido. Ela explica que a pesquisa na área é sempre

multiprofissional, reunindo biologia, bioquímica, farmácia, fisioterapia, odontologia e medicina.

Confira a programação do Simpósio no endereço www.uel.br/eventos/simposiopato/pages/pt/inicial.php. Outras informações pelo e-mail isepuel@uel.br.

PÓS-GRADUAÇÃO - O Programa de Pós-Graduação em Patologia Experimental da UEL forma recursos humanos para o ensino e desenvolvimento de pesquisa aplicada em Patologia Geral e Imunologia Geral.

O curso conta atualmente com 22 professores, além de 72 estudantes de Mestrado e Doutorado, considerado um dos mais importantes centros de estudos da área, com nota 6 da **Capes**. Para se ter uma dimensão da produção acadêmica, no último quadriênio a equipe do programa publicou 360 artigos científicos.

A formação em pesquisa é voltada para os mecanismos de agressão e defesa celulares tendo como base conhecimentos dos mecanismos da resposta imune e os eventos morfológicos e bioquímicos/moleculares que estão na base das lesões celulares e das doenças.

topo ↕

PROJETO COLABORA - TEMPO REAL

A Universidade é pública, a iniciativa é privada

Vacina desenvolvida pela UFMG vira modelo de parceria entre pesquisadores e empresas

Depois de doze anos à frente da bem-sucedida pesquisa que aumenta as possibilidades de tratamento e prevenção de doenças como malária, leishmaniose e chikungunya, o imunologista Ricardo Gazzinelli teria tudo para estar radiante com a profissão. Nesse momento, porém, ele não tem palavras animadoras aos alunos que o procuram para perguntar sobre a carreira. “Hoje, digo que estou pessimista”, admite o professor, que coordena o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Vacinas (INCT-Vacinas), atua na Universidade Federal de Minas Gerais e é pesquisador da Fiocruz. O motivo para o baixo astral é a falta de verbas que se agravou após o último corte imposto pelo governo às universidades federais.

Educação é a nação a longo prazo. Se acham que devem cortar justamente na pesquisa, estão matando a galinha dos ovos de ouro

Ricardo Gazzinelli

Pesquisador, imunologista

O trabalho desenvolvido por Gazzinelli e sua equipe pode ser visto como modelo sob vários aspectos, inclusive por um parâmetro que o ministro da Educação, Abraham Weintraub, tem destacado muito em suas declarações públicas: a parceria com a iniciativa privada. Um dos produtos desenvolvidos pelo grupo, a vacina contra a leishmaniose visceral canina, é hoje fabricado e comercializado por uma empresa que paga royalties à instituição federal. “Esse dinheiro contribui para o financiamento do funcionamento da UFMG e essa parceria é considerada modelo de relacionamento entre o setor público e o privado”, explica o pesquisador. Outros medicamentos que poderão ser vendidos ao público estão apenas esperando autorização para chegar às prateleiras.

Sob o ponto de vista meramente econômico, tão caro a Weintraub, o professor Gazzinelli avalia que reduzir o investimento em pesquisa é um grande erro dos governantes. “Não podemos mais viver de extrativismo, de commodities. Isso é um modelo que não deixa o Brasil mudar de patamar no cenário internacional”, lamenta. Ele lembra que na crise de 2008 os países que conseguiram sair mais rapidamente do aperto foram os que mais investiram em ciência e tecnologia. “Educação é a nação a longo prazo. Se acham que devem cortar justamente na pesquisa, estão matando a galinha dos ovos de ouro”.

Também é um erro pelo viés mais importante, o da saúde pública. As pesquisas capitaneadas pelo imunologista tratam de doenças que atacam a população pobre e por isso são negligenciadas nos laboratórios privados. A vacina comercializada trata a leishmaniose visceral canina, já que o animal é um reservatório de parasitas, e reduz o risco de transmissão da doença para humanos.

Em seu grupo na UFMG, Gazzinelli tem 50 integrantes. Além disso, coordena o INCT-Vacinas, que engloba 25 grupos de pesquisadores do Rio, São Paulo e outros estados. Para todos esses cientistas, a redução dos recursos do governo já surte efeito. “Uma das consequências mais críticas é o corte de bolsas da **Capes**. Isso tem impacto grande, já que hoje a ciência no Brasil é feita em grande parte por alunos de pós-graduação”, diz o professor. “Teve gente que desistiu de fazer por causa do corte de bolsas. A equipe já diminuiu”. Falta também recursos para importação de material, não há como cobrir os custos de viagem (muitos estudos são feitos na Amazônia).

Não podemos mais viver de extrativismo, de commodities. Isso é um modelo que não deixa o Brasil mudar de patamar no cenário internacional

Ricardo Gazzinelli

Pesquisador, imunologista

Para Gazzinelli, estender demais esse corte de recursos representa um perigo. “O grupo se desarticula. Não perdemos conhecimento, mas ciência é um setor competitivo. Outros estão atuando na mesma área e uma pesquisa que hoje é uma grande novidade daqui há um ano pode não ser mais. Perdemos assim o dinheiro que poderíamos ganhar com a patente, além do reconhecimento de liderança daquela área”, detalha. As equipes de pesquisa da UFMG, INCT-Vacinas e Fiocruz têm trabalhos em conjunto com as universidades de Harvard, de Massachusetts e várias outras instituições internacionais de prestígio. Seus resultados são frequentemente publicados em revistas como a Nature e outras de primeira linha.

Para os cientistas mineiros, há um drama a mais, além do contingenciamento imposto pelo Ministério da Educação. A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais foi praticamente desativada pelo governo estadual. “Pela primeira vez em décadas, foram cortados todos os editais, interrompidos os pagamentos de todos os projetos em curso e não vamos ter novas bolsas”, conta o professor.

Diante desse cenário desolador, compreende-se por que um pesquisador de tanto sucesso se diz pessimista com a profissão. À pergunta dos alunos citados no início desse texto, que o procuram pedindo conselhos sobre o futuro, ele dá uma resposta a contragosto: “Tentem fazer carreira em outro país”. Apesar disso, Gazzinelli continuará

por aqui, metido no laboratório e tocando as suas pesquisas com o rigor de sempre, torcendo por tempos melhores para a ciência nacional.

topo ↗

REPLICARIO - TEMPO REAL

Universidades Internacionais têm inscrições abertas para bolsas de estudos

Estudar em outro país é uma grande oportunidade, independente de ser para cursos de graduação, mestrado, doutorado e outros. Porém, devido a situação econômica do país e as despesas financeiras dos cidadãos, esse estudo parece cada vez mais complicado.

Entretanto, diversas instituições oferecem programas de bolsas para estrangeiros que desejam realizar parte de sua formação em outro país. Assim, as bolsas podem contemplar o valor total dos cursos ou parte deles.

Além disso, alguns programas de bolsa contam também com auxílio moradia, ajuda de custo e até mesmo passagens aéreas de ida e volta. Ficou interessado? Então confira as cinco oportunidades que listamos, todas com inscrições abertas para brasileiros!

Universidade de Tel Aviv: Israel

A Universidade de Tel Aviv está oferecendo bolsas de estudo exclusivas para brasileiros, tanto para graduação quanto para mestrado. As bolsas são ofertadas por meio do Brasil Scholarship Fund (BSF), criado pela organização Universidade de TI Aviv.

Assim, as bolsas ofertadas podem contemplar o valor total do curso, indo de acordo com o programa escolhido pelo estudante. O programa que concede 100% da bolsa é para Engenharia Elétrica e Eletrônica.

Além disso, os cursos de graduação são oferecidos em hebraico, e os programas de mestrado serão oferecidos em inglês. Os interessados devem realizar a inscrição por meio do site da Universidade até o dia 01 de julho.

Universidade de Westminster: Inglaterra

A Universidade de Westminster está oferecendo uma bolsa de estudo integral para alunos de graduação, na qual o estudante selecionado ficará isento das taxas cobradas pela universidade. Além disso, a bolsa também contempla outros gastos, como:

Passagem aérea;

Acomodação;

Alimentação;

Custos de vida do aluno durante o período de graduação no país.

A bolsa está ofertada para todos os cursos de graduação que são oferecidos na universidade, em um total de mais de 180 cursos. Os estudantes que desejarem concorrer a bolsa devem realizar a inscrição pelo site da universidade até o dia 31 de maio.

Universidade LUISS: Itália

A LUISS University, situada em Roma, está com inscrições abertas para seu programa de graduação e de mestrado. As bolsas estão disponíveis para o valor integral dos cursos. Entretanto, essas bolsas são válidas apenas para alguns cursos, porém cobrem todos os custos de tuiton referentes a realização.

Alguns dos cursos de graduação e mestrado que possuem as bolsas são: Marketing, Economia, Finanças, Relações Internacionais e Políticas Públicas. Desse modo, os estudantes que quiserem concorrer as bolsas ofertadas, devem realizar a inscrição no site da instituição até o dia 17 de junho.

Atlas Corps: Estados Unidos

A organização Atlas Corps promove anualmente edições de um programa direcionado para jovens líderes que promovam uma mudança social em seus países. Com isso, a Atlas Corps pretende fortalecer as habilidades de liderança dos participantes, além de aprenderem os líderes da rede.

O programa possui duração de 12 a 18 meses, nos quais os estudantes trabalharão em organizações parceiras e receberão um auxílio entre US\$ 1.628 até US\$ 2.126 mensais, a depender da cidade que ficará. Além disso, o programa também cobre as seguintes despesas:

Visto;

Seguro Saúde;

Passagens Aéreas;

Viagens referentes ao programa.

Dessa forma, os jovens interessados em participarem do programa, devem se inscrever por meio do site até o dia 15 de agosto.

Mary Immaculate College: Irlanda

A **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** está ofertando 30 vagas para um curso de especialização em educação na Mary Immaculate College, situada em Limerick na Irlanda. O curso tem duração de um ano, com início em junho de 2019 e finalização em maio de 2020.

Dessa forma, o curso é direcionado para profissionais da área de educação, como coordenadores, supervisores ou diretores. Os candidatos selecionados terão direito a:

Passagem aérea de ida e volta;

€400 mensais para ajuda de custo;

Auxílio instalação de € 1.300 assim que chegarem;

Seguro Saúde;

Isenção de taxas escolares e materiais.

Alojamento na universidade.

topo ↕

SALVADOR NOTÍCIAS-BA - TEMPO REAL

O que já é verdade e o que ainda é ameaça nos cortes da educação

Em cinco meses de governo, o Ministério da Educação teve dois ministros e uma série de propostas polêmicas - algumas seguidas por recuos.

As mais controversas e que impulsionaram a convocação de uma mobilização de estudantes em dezenas de cidades do Brasil dizem respeito a cortes orçamentários em universidades e institutos federais anunciados pelo presidente Jair Bolsonaro e o ministro da Educação, Abraham Weintraub.

Estão previstos para esta quarta (15) atos em 13 capitais e várias outras cidades, organizados pela União Nacional dos Estudantes (UNE).

O governo efetuou, no total, um bloqueio de R\$ 7,4 bilhões sobre todo o orçamento de 2019 do Ministério da Educação, que é de R\$ 149 bilhões e engloba despesas para custear todos os níveis educacionais, da educação básica ao ensino superior.

Desse total, em torno de R\$ 2 bilhões afetam instituições federais de ensino superior. O restante do bloqueio, de R\$ 5,4 bilhões, atingiu outras áreas que ainda não foram especificadas pelo MEC.

Abraham Weintraub foi convocado para detalhar esse contingenciamento, na tarde desta quarta (15) no plenário da Câmara dos Deputados. Lá ele deve ser questionado pelos parlamentares sobre quais programas irão perder dinheiro e se a educação básica, apontada como área prioritária por Bolsonaro, será afetada.

Mas, afinal, do que foi dito até agora pelo governo, o que ainda é "ameaça" e o que já virou realidade?

Corte de recursos das universidades federais

As reações mais fortes aos cortes no orçamento têm partido das universidades federais.

Toda a polêmica teve início quando o ministro da Educação, Abraham Weintraub, anunciou que cortaria 30% dos orçamentos da Universidade de Brasília (UnB), da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e da Universidade Federal Fluminense (UFF) porque elas estariam promovendo "balbúrdia" nos seus campus e não teriam apresentado os resultados acadêmicos esperados.

Mas essas três universidades estão entre as 50 melhores da América Latina, segundo rankings internacionais, e melhoraram suas notas em 2018, na comparação com 2017.

Dias após o anúncio do ministro, o secretário de Educação Superior, Arnaldo Barbosa de Lima Junior, informou que o ministério estendeu o corte a todas as universidades federais. "Será 30% de forma isonômica para todas as universidades", disse.

Para aumentar a confusão, Weintraub depois disse que não se tratava de corte, mas sim de um contingenciamento (congelamento) de 3,5% do orçamento total de todas as universidades. Segundo ele, o congelamento era necessário diante da situação econômica do país e o dinheiro voltará a ser liberado após setembro deste ano.

Afinal de contas o contingenciamento ocorreu? E de quanto foi o bloqueio?
30% x 3,5%

Sim, o contingenciamento já foi feito e totalizou cerca de R\$ 2 bilhões para instituições federais de ensino superior. A confusão sobre o percentual ocorreu porque os 30% de corte não se referiam ao orçamento total das universidades, mas às chamadas despesas discricionárias - as não obrigatórias.

As despesas obrigatórias não podem sofrer cortes, porque dizem respeito a compromissos garantidos por lei, como pagamento de salários de servidores,

previdência, assistência social e seguro desemprego.

Já as despesas discricionárias, que podem ser bloqueadas, englobam investimentos (construção de salas, laboratórios, renovação, bolsas para pesquisas, custeio de projetos científicos, por exemplo), contratação de serviços, além de pagamentos de terceirizados, luz e energia.

Ou seja, o governo deu a entender, num primeiro momento, que os 30% de corte seriam sobre o Orçamento total, mas o MEC não tem autonomia para cortar despesas obrigatórias, como as destinadas a pagar salários de professores.

Portanto, na realidade, as universidades perderam 30% dos R\$ 6,9 bilhões previstos para despesas discricionárias - o que equivale a cerca de 3,5% sobre o Orçamento total do MEC para instituições federais de ensino superior, que é de R\$ 49,6 bilhões.

"A gente está pedindo para segurar, contingenciar, postergar (esses gastos) até setembro", disse o ministro da Educação.

Com a redução dos recursos, as universidades passaram a anunciar cortes em auxílios-moradia, alimentação e em pesquisas de campo; algumas disseram estar sem dinheiro para pagar contas de água, energia elétrica ou de fornecedores, como os de limpeza e segurança. Também disseram não saber se poderão funcionar plenamente no segundo semestre de 2019.

A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), por exemplo, afirmou que já opera em déficit de R\$ 170 milhões por conta de cortes prévios e que "a não reversão da medida (cortes) trará graves consequências para o desempenho das atividades da universidade, comprometendo a rotina de atividades acadêmicas antes do segundo semestre".

Cortes de bolsas de pós-graduação

Outra medida que já saiu do plano do discurso para a prática é a suspensão de novas bolsas de mestrado e doutorado pela Coordenação de Pessoal de Nível Superior (**Capes**), uma das principais entidades de fomento a pesquisas em nível de pós-graduação no Brasil.

Instituição ligada ao Ministério da Educação (MEC), a **Capes** perdeu R\$ 819 milhões do total de R\$ 4,1 bilhões de verba não obrigatória, e anunciou que congelaria bolsas "ociosas" - ou seja, bolsas que ainda não foram liberadas para alunos que passaram nos editais de pesquisa científica.

A medida está no bojo do corte de 30% sobre despesas discricionárias de instituições federais de ensino superior. De acordo com a **Capes**, 3.474 bolsas foram retidas.

O órgão tem atualmente 92 mil bolsas ativas de pós-graduação, nos valores de R\$ 1.500 para mestrado e R\$ 2.200 para doutorado. Segundo a **Capes**, estudantes que já estão recebendo as bolsas e trabalhando nos seus projetos de pesquisa não serão afetados.

O Brasil está entre os 15 países com maior número de estudos científicos no mundo, e 95% da pesquisa é realizada em universidades públicas.

Há temor de que os cortes possam inviabilizar essa produção, já que bolsistas de pós-graduação são tidos como motores da pesquisa científica nas universidades, com forte impacto em todas as áreas.

"Esses cortes que atingem o pior orçamento da década para esses setores consolidam um projeto de governo que fere de morte o ensino superior, a pós-graduação e a ciência nacional, enterrando qualquer possibilidade de retomada do desenvolvimento brasileiro e de futuro", disse em nota a Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG).
Menos investimentos em ciências humanas

Outra fonte de polêmica é a intenção do governo Bolsonaro de reduzir verbas especificamente nas áreas de ciências sociais e humanas. Neste caso, diferentemente do bloqueio de 30% do orçamento discricionário das universidades e instituições federais de pesquisa, o anúncio continua no plano da "ameaça" - ainda não foi efetivado.

No dia 26 de abril, o presidente Jair Bolsonaro anunciou pelo Twitter que o ministro da Educação "estuda descentralizar investimentos em faculdades de filosofia e sociologia (humanas)", com o objetivo de "focar em áreas que gerem retorno imediato ao contribuinte, como veterinária, engenharia e medicina".

Não está claro, porém, como seria feito o corte específico nas áreas de humanidades e ciências sociais, já que a Constituição Federal garante autonomia às universidades para gerenciar os recursos repassados pelo governo federal e distribuí-los aos respectivos departamentos.

Segundo o professor Paulo Calmon, diretor do Departamento de Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB), os repasses do governo federal para cada universidade atualmente seguem critérios objetivos que levam em conta, por exemplo, a relação professor/aluno, o tamanho do campus, número de cursos oferecidos, custo de vida do local e o oferecimento ou não de mestrados e doutorados.

"Por exemplo, uma universidade pode estar desenvolvendo um programa de pesquisa relacionada a dengue e Zika, que leve à construção de um novo laboratório e que receba recursos extras por complementar uma política pública do governo de combate a epidemias. Ou um programa do governo na área de agricultura pode justificar repasses em pesquisas nessa área", exemplifica.

Há ainda recursos orçamentários extras para projetos específicos das universidades que possam ser vinculados a determinadas políticas públicas.

É possível, diz o professor, que esses recursos extras acabem sendo direcionados, no governo Bolsonaro, para projetos de departamentos de medicina e exatas.

Procurado pela BBC News Brasil, o MEC se limitou a dizer que "os recursos destinados a quaisquer áreas do conhecimento serão estudados de forma a priorizar aquelas que, no momento, melhor atendem às demandas da população".

Números levantados pela BBC News Brasil junto ao Inep mostram que os cursos de ciências sociais e humanas são os que mais concentram diversidade racial tanto em

universidades públicas quanto privadas.

Citados especificamente pelo presidente Jair Bolsonaro como áreas que devem perder investimentos, os cursos de sociologia e filosofia têm 1 negro para cada 3 e 4 brancos respectivamente.

Já cursos de medicina e veterinária, mencionados pelo presidente como áreas que devem receber recursos por trazerem "retornos imediatos à sociedade", têm uma proporção de um negro para cada 16 brancos.

Para a diretora do Programa de Estudos Brasileiros da Universidade de Oxford, Andreza de Souza Santos, o eventual corte de investimentos em cursos de ciências sociais e humanas traria como efeito de curto prazo um "embranquecimento" das universidades federais.

Fonte MSN

topo ↕

FACEBOOK - POST

Amanhã é a audiência pública com o Ministro da Educação...

Observatório do Conhecimento

Curtir esta página · 39 min ·

Amanhã é a audiência pública com o Ministro da Educação, Abraham Weintraub, às 9h30 na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados. O OBSERVATÓRIO DO CONHECIMENTO formulou 5 DEMANDAS URGENTES exigidas pela comunidade acadêmica a fim de garantir o pleno funcionamento das Instituições de Ensino Superior que serão apresentadas ao ministro.

Pressione os parlamentares que você elegeu a apoiar as 5 demandas e defender a educação pública! Marque ele aqui ou envie uma mensagem cobrando o posicionamento em defesa da educação

#5demandasparaMEC

- 1) Revogar imediatamente os cortes de 30% no orçamento de custeio das universidades e institutos federais e de 41% na ciência e tecnologia (segundo dados do Siafi);
- 2) Respeitar a autonomia e a liberdade acadêmica, nomeando reitores e reitoras colocados em primeiro lugar pelas consultas à comunidade universitária;
- 3) Garantir a continuidade de todas as bolsas de pesquisa do sistema **capes**;
- 4) Manter os programas de assistência estudantil para formação e permanência;
- 5) Preservar integralmente as políticas de cotas sociais e raciais.

#ConhecimentoSemCortes #WeintraubMãosDeTesoura #EuDefendoAEducação
#UniversidadePública #ObservatórioDoConhecimento
2727

1 comentário

17 compartilhamentos

topo ↕

FACEBOOK - POST

Amanhã é a audiência pública com o Ministro da Educação...

Mídia Ninja

35 min ·

Amanhã é a audiência pública com o Ministro da Educação, Abraham Weintraub, às 9h30 na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados. O OBSERVATÓRIO DO CONHECIMENTO formulou 5 DEMANDAS URGENTES exigidas pela comunidade acadêmica a fim de garantir o pleno funcionamento das Instituições de Ensino Superior que serão apresentadas ao ministro.

Pressione os parlamentares que você elegeu a apoiar as 5 demandas e defender a educação pública! Marque ele aqui ou envie uma mensagem cobrando o posicionamento em defesa da educação

#5demandasparaMEC

- 1) Revogar imediatamente os cortes de 30% no orçamento de custeio das universidades e institutos federais e de 41% na ciência e tecnologia (segundo dados do Siafi);
- 2) Respeitar a autonomia e a liberdade acadêmica, nomeando reitores e reitoras colocados em primeiro lugar pelas consultas à comunidade universitária;
- 3) Garantir a continuidade de todas as bolsas de pesquisa do sistema **capes**;
- 4) Manter os programas de assistência estudantil para formação e permanência;
- 5) Preservar integralmente as políticas de cotas sociais e raciais.

#ConhecimentoSemCortes #WeintraubMãosDeTesoura #EuDefendoAEducação
#UniversidadePública #ObservatórioDoConhecimento

A imagem pode conter: texto

3838

14 compartilhamentos

Curtir

Mostrar mais reações

Comentar

Compartilhar

DIÁRIO DO NORDESTE - CE - GERAL

Valorização do Português

Unifor é a primeira universidade do Nordeste a receber congresso internacional de países de língua portuguesa. Evento objetiva discutir estratégias para combater desigualdades sociais

Representantes de dez países que têm o português como língua oficial se reúnem, a partir de hoje e até sexta-feira (24), na Universidade de Fortaleza (Unifor), no 6º Congresso Internacional de Direito da Lusofonia. O tema do evento é “Dignidade humana e desenvolvimento social: justiça, do crescimento econômico e da sustentabilidade ambiental”. A realização, inédita no Nordeste, é da Unifor, em parceria

com as Universidades da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) e do Minho, de Portugal. O evento envolve representantes de Angola, Brasil, Cabo Verde, Goa, Guiné-Bissau, Macau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e TimorLeste em palestras, mesas-redondas, grupos temáticos e sessões plenárias. O objetivo é fortalecer os projetos de pesquisa e ensino entre os países.

Objetivos

“A intenção é que divulguem suas filosofias, carências, potências, sucessos e retrocessos vividos a partir das conquistas dos Direitos Constitucionais e, em especial, verifiquem estratégias de cumprimento dos objetivos de desenvolvimento sustentável demarcadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) e ratificadas pelos países membros da entidade”, ressalta o professor do Programa de PósGraduação em Direito Constitucional (PPGD) da Unifor, Nestor Santiago, um dos organizadores do evento. “Trata-se de oportunidade ímpar de discutir questões que impactam os aspectos jurídicos e sociais dos países lusófonos. Para os docentes e discentes do curso de Direito da Unifor em particular, é especial para fazer ou aprofundar contatos com outros profissionais e alunos de países que normalmente não fazem parte do cotidiano de estudos”, opina Nestor. Sobre a parceria com a Unilab e a Universidade do Minho, o professor ressalta a importância. “A parceria é de imensa relevância, tanto no aspecto de expandir a visibilidade institucional como de fortalecer as ações acadêmicas e científicas em curso. Vale lembrar, ainda, que o Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Unifor foi o único no Norte e Nordeste que obteve nota 6 na última avaliação da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, demonstrando que sua internacionalização está consolidada e deve ser aprofundada”. O evento tem como públicos-alvo os docentes e discentes dos cursos de Direito, bem como os profissionais dos sistemas de Justiça de todos os países lusófonos. Também serão bem-vindos interessados de outros países que tenham interseções de investigação com esses países.

topo ↕

JORNAL MONTES CLAROS - TEMPO REAL

Discussão ambiental como criadora e criatura do processo de globalização

A deterioração ambiental vai muito além quando se diz do grande desafio das Ciências do Ambiente, que é, de maneira justa, compreender a complexidade ambiental, todas as suas formas de conexão com as outras áreas do conhecimento, principalmente no que diz respeito à solvência de ideias modernas e criativas, e no desenvolvimento de condutas, percepções e concepções à dimensão multifacetada a que se encontra.

É por meio destes sentidos que a Epistemologia, primariamente como subárea da Filosofia e a Metodologia, reflete sobre a natureza, a consciência das relações e interações do indivíduo e objeto, que se conduzem como formas elementares e substâncias ao se almejar a sustentabilidade dos diferentes ambientes, de seus recursos, fenômenos e manifestações. Quando a abordagem é ainda mais pontual à subsistência dos seres e do elo socioambiental, essas revisões são imprescindíveis.

Pádua (2010) vai de encontro a esses argumentos sobre as Ciências Epistemológica e Metodológica quando ratifica que as discussões ambientais que lutam pela proteção dos ambientes, prevenção e mitigação, principalmente no âmbito acadêmico, colaboraram enormemente e ainda fornecem base vital ao desenvolvimento das Ciências do Ambiente, e muito além, possibilitam comportamentos sociais variados. O pesquisador afirma (p. 82) que “a discussão ambiental se tornou ao mesmo tempo criadora e criatura

do processo de globalização”.

Atualmente, a área das Ciências Ambientais (criada em 2011 pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES**) conta, no Brasil, com mais de 95 cursos de pós-graduação, nos quais envolvem profissionais docentes das áreas das Ciências Biológicas, Ecologia, Engenharia Ambiental, Física, Química, Ciências Sociais, Agronomia, Meteorologia, Geografia, Direito e Engenharia Civil com foco no Desenvolvimento Sustentável, Tecnologia Ambiental, Recursos Naturais, Ambiente e Sociedade, Desenvolvimento e Meio Ambiente e Gestão Ambiental.

Em simples palavras, diz-se que as Ciências Ambientais ensinam à sociedade como a natureza age, em como ocorre a interação homem-ambiente, e as possibilidades responsáveis e sustentáveis frente à utilização dos recursos naturais.

topo ↕

JORNAL NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Da “balbúrdia” ao que interessa: Congresso discute Fundeb

A educação esteve em pauta na semana passada, com o presidente Jair Bolsonaro chamando manifestantes que criticavam o contingenciamento de universidades de “idiotas úteis”. Agora, o Senado tem a oportunidade de se dedicar a um tema de fato fundamental para o setor. Começa nesta terça-feira um ciclo de discussões sobre a manutenção do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), que expira no fim de 2020.

Em vigor desde 2007, o Fundeb financia a educação básica, da creche ao Ensino Médio. A maior parte do dinheiro vem de estados e municípios, responsáveis pela maioria das escolas, mas a União complementa 10% do valor total do fundo para que as localidades atinjam investimento mínimo — o que, em 2019, está na casa de 4.000 reais por aluno ao ano. O fundo surgiu justamente para que, por meio de recursos da União (que fica com a maior parte dos impostos), o Brasil conseguisse elevar os estados mais pobres ao patamar de investimento dos mais ricos.

Além de renovar o fundo, os projetos sobre o tema no Congresso pedem que ele seja incorporado à Constituição. Há divergências sobre o papel da União. A PEC 65/2019, capitaneada por políticos da Rede, quer que a complementação da União vá progressivamente de 10% para 40%, o que aumentaria o investimento por aluno. Já a PEC 15/15, defendida por municípios, propõe que a complementação fique somente em 15%, e pede também revisão (para baixo) no piso salarial dos professores — que ocupa grande parte dos gastos dos municípios e é uma das principais atribuições do Fundeb.

O Fundeb está fora do teto de gastos públicos aprovado em 2016, o que abre margem para que o investimento em educação seja ampliado. Na educação básica, o Brasil investe um terço da média dos países desenvolvidos por aluno e paga três vezes menos aos professores, segundo a edição 2018 do relatório Education at a Glance, da OCDE.

Apesar de ainda ter muito o que avançar (incluindo na efetividade dos recursos que já existem), o Fundeb foi responsável pela disparidade entre estados cair pela metade, segundo levantamento da ONG Todos Pela Educação, e é consenso por estudiosos do setor que precisa ser mantido e aprimorado. As divergências estão em como isso será feito, sobretudo em meio aos recentes cortes no orçamento de educação do governo — e

se será feito a tempo, diante de um MEC que se ocupa mais em discutir “balbúrdias” inexistentes do que as pautas urgentes para a educação no país.

topo ↕

CAMPO GRANDE NEWS - TEMPO REAL

UCDB lança vestibular e fortalece investimento no ensino, pesquisa e extensão

Estão abertas, até o dia 14 de junho, as inscrições para Vestibular de Inverno UCDB 2019, que devem ser feitas pelo site www.ucdb.br/vestibular. Os candidatos que doarem alimentos não perecíveis na Área de Relacionamento (SeR) até o dia 24 de maio não pagam a taxa de inscrição, que é de R\$ 30,00. As provas serão aplicadas no dia 23 de junho, no campus Tamandaré. A UCDB é a melhor universidade particular de Mato Grosso do Sul, segundo o Ministério da Educação (MEC).

Neste ano, a UCDB iniciou a implantação de seu novo Plano Pedagógico Institucional (PPI), modernizando os métodos de ensino-aprendizagem e fortalecendo os mais de 50 anos de experiência na educação superior. Um dos pilares que destacam a Instituição nessas mais de cinco décadas, é a pesquisa.

“Vimos com muita preocupação as notícias de possíveis cortes de bolsas de estudos oferecidas pela Capes [Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior]. Reforçamos que a UCDB continua empenhada com o plano de investimento de mais de R\$ 10 milhões na manutenção de cinco programas de Mestrado e Doutorado e de todos os projetos de pesquisas, com infraestrutura necessária para que acadêmicos e docentes possam dar continuidade aos trabalhos”, afirmou o Reitor, Pe. Ricardo Carlos.

Atualmente, a Católica possui programas de Mestrado e Doutorado em Biotecnologia, Ciências Ambientais e Sustentabilidade Agropecuária, Desenvolvimento Local, Educação e Psicologia, além do Doutorado em Rede em Biotecnologia e Biodiversidade e o Programa de Mestrado em Desenvolvimento Territorial Sustentável Erasmus Mundus além de manter convênios com mais de 226 instituições do Brasil e de países de todos os continentes. Por meio dos projetos de iniciação científica, os acadêmicos têm contato com o universo da pesquisa desde os primeiros semestres da graduação.

Investimento em pesquisa e em extensão

Para o Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-graduação da UCDB, Dr. Cristiano Marcelo Espínola Carvalho, o fortalecimento do ensino passa pela pesquisa e pela extensão. “Atualmente, mais de 80% do nosso corpo docente é formado por mestres e doutores. E, sem dúvidas, ter professores que são ligados à pesquisa traz uma qualidade para a sala de aula que é um grande diferencial na formação integral dos nossos acadêmicos”, ressaltou.

Projetos e programas de extensão aproximam a comunidade do meio científico e levam o conhecimento acadêmico a ultrapassar os muros da Instituição, além de serem grandes diferenciais das universidades em relação aos centros universitários e as faculdades. Na área da extensão, são mantidos mais de 20 projetos e três laboratórios que atingem mais de 34 mil pessoas diretamente. São atendimentos na área de saúde, educação, meio ambiente, ciências sociais aplicadas, empreendedorismo, entre outras.

A Católica também se destaca pelo compromisso social na formação de docentes e no investimento há décadas em grupos de cultura e arte e no esporte universitário.

Processo seletivo

Neste processo seletivo de inverno, são 35 opções de cursos de graduação presencial e outras 21 opções a distância. As inscrições podem ser feitas no site www.ucdb.br/vestibular.

Os cursos presenciais de graduação são: Administração, Agronomia, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Arquitetura e Urbanismo, Big Data, Biomedicina, Ciências Biológicas (licenciatura e bacharelado), Ciências Contábeis, Design, Direito, Educação Física (licenciatura e bacharelado), Enfermagem, Engenharia Civil, Engenharia de Alimentos, Engenharia de Computação, Engenharia de Controle e Automação, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Engenharia de Produção, Engenharia Sanitária e Ambiental, Farmácia, Fisioterapia, Gastronomia, Gestão de Recursos Hídricos, História, Jornalismo, Letras, Medicina Veterinária, Nutrição, Pedagogia, Psicologia, Publicidade e Propaganda e Zootecnia.

Na modalidade a distância, os cursos de graduação são: Administração, Ciências Contábeis, Comércio Exterior, Filosofia, Gestão Comercial, Gestão de Cooperativas, Gestão Pública, Gestão Ambiental, Gestão Financeira, Gestão de Recursos Humanos, Gestão de Serviços Jurídicos e Notariais, História, Letras, Logística, Marketing, Negócios Imobiliários, Pedagogia, Processos Gerenciais, Secretariado, Serviço Social e Teologia.

Os candidatos responderão a uma prova com 60 questões e uma redação. Pelo edital, 30% das vagas são reservadas para os candidatos que optam por ingressar utilizando a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Já o processo seletivo dos candidatos aos cursos oferecidos a distância é individual e contínuo.

Transferências

Para aqueles que desejam fazer a transferência para a UCDB ou fazer uma segunda graduação, a Instituição oferece vantagens, como a isenção da matrícula. Para quem se transferiu para a Católica, o desconto é de até 25% nas mensalidades pagas até dia 5 de cada mês. No caso de portadores de diploma, egressos podem ter até 30%; já para profissionais formados em outras instituições de ensino superior, o valor pode chegar a ser 20% menor (regra também válida para pagamentos até dia 5 de cada mês).

Pátio UCDB

Para melhor atender a comunidade acadêmica, a UCDB conta com o Pátio UCDB, prédio inaugurado ano passado que oferece serviços de alimentação, área de eventos e espaços de convívio para as pessoas. O Reitor da UCDB destacou a conquista acadêmica com esse ambiente: “Queremos que o Pátio UCDB seja a concretização do nosso novo conceito educativo: o conhecimento é difuso e pode-se aprender em qualquer ambiente — em sala de aula, nos laboratórios, mas também na convivência com os amigos, professores, com a família”, exaltou.

O local remete à dimensão pedagógica salesiana do “pátio”. “O conceito é de um local da intersubjetividade, no qual eu sou eu porque somos todos nós. Espaço de encontro e de troca de experiências e pontos de vistas. Constitui-se como o ambiente de uma criatividade engenhosa e livre”, detalhou o Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional, Ir. Gilliano Mazzetto.

Mais informações podem ser obtidas no site www.ucdb.br.

topo ↗

DIÁRIO POPULAR - RS - TEMPO REAL

Professor da UFPel é empossado na Academia Brasileira de Ciências

Odir Dellagostin, do Núcleo de Biotecnologia do Centro de Desenvolvimento Tecnológico, tomou posse como membro titular

O professor do Núcleo de Biotecnologia do Centro de Desenvolvimento Tecnológico da Universidade Federal de Pelotas (CDTec/UFPel), Odir Antônio Dellagostin, tomou posse como membro titular da Academia Brasileira de Ciências (ABC) na área de Ciências Agrárias na última semana.

Em 2018 foi divulgada a lista com os 18 novos membros titulares da academia, sendo apenas três membros oriundos do Rio Grande do Sul. Dellagostin foi o único representante da cidade de Pelotas nessa nova lista e, historicamente, o segundo professor da UFPel eleito membro titular da ABC.

Formado em Medicina Veterinária pela UFPel em 1989, Dellagostin é doutor em Biologia Molecular pela University of Surrey (Inglaterra) e tem pós-doutorado na área de Ciências Biológicas pela mesma universidade.

Pesquisador nível 1A do CNPq desde 2007, Dellagostin já soma mais de 200 artigos científicos publicados e mais de 50 orientações de teses e dissertações pelos programas de pós-graduação em Biotecnologia e em Veterinária.

No ano de 2013, a revista *Ciência in Foco*, da Sociedade Brasileira de Microbiologia, publicou um dossiê referente à produção científica em Microbiologia no Brasil em 2009. Na lista dos cem autores mais citados, o professor Odir Dellagostin apareceu em 22º.

Com abundante experiência na área de Biologia Molecular, os principais temas trabalhados por Dellagostin são desenvolvimento de vacinas recombinantes, vacina contra tuberculose bovina e vacina contra leptospirose.

Histórico na área das ciências

Já foi coordenador do Centro de Biotecnologia; diretor do Centro de Desenvolvimento Tecnológico da UFPel; membro da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; coordenador do Comitê Assessor de Ciências Biológicas da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (Fapergs); membro do Comitê Assessor de Veterinária do CNPq; coordenador da área de Biotecnologia da **Capes** por quatro anos; e também foi pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da UFPel. Atualmente, além de docente do CDTec, é diretor da Fapergs.

Atualmente, a ABC possui cerca de 700 membros, dos quais apenas cerca de 20 são da seção de Ciências Agrárias, área em que Dellagostin foi nomeado como membro titular. Essa nomenclatura se dá aos cientistas radicados no Brasil há mais de dez anos e que possuem atuação científica de destaque.

A ABC

A Academia Brasileira de Ciências é uma entidade independente, não governamental e

sem fins lucrativos, que tem como foco o desenvolvimento científico do Brasil. É uma das associações de ciências mais antigas e prestigiadas do país, fundada em 1916. Nos primórdios da entidade, existiam apenas três seções: Matemática, Ciências Físico-Químicas e Ciências Biológicas, de acordo com o modelo da Academia Francesa de Ciências na época.

Atualmente a ABC possui dez áreas especializadas do conhecimento: Ciências Agrárias, Ciências Biológicas, Ciências Biomédicas, Ciências da Saúde, Ciências da Engenharia, Ciências da Terra, Ciências Físicas, Ciências Humanas, Ciências Matemáticas e Ciências Químicas.

De acordo com a Academia, sua missão institucional é reconhecer e estimular o ingresso, em seus quadros, dos mais importantes pesquisadores brasileiros, que pela liderança que exercem no avanço das atividades científicas e tecnológicas no Brasil podem ser considerados os representantes mais legítimos da comunidade científica nacional.

topo ↕

EMBRAPA - NOTÍCIAS

Cientistas desvendam mecanismo de percepção do frio na macieira

Ana Beatriz Costa Czermainski - Macieira precisa de frio para superar dormência e iniciar a brotação

Macieira precisa de frio para superar dormência e iniciar a brotação

Descoberta de pesquisadores da Embrapa Uva e Vinho (RS) abre caminho para o desenvolvimento de macieiras que precisam de menos dias de frio para produzir. Eles descobriram o mecanismo de ação do gene ICE1 no processo de indução e superação da dormência da planta, etapa fundamental para garantir a produção dos frutos. De acordo com a hipótese dos cientistas, esse gene funciona como um gatilho térmico que, ao ser estimulado pelo frio, dispara uma cascata de respostas como a indução da dormência, processo fundamental para plantas originalmente de clima temperado florescerem e produzirem frutos.

“Esse processo é tão importante que instituições de pesquisa do mundo inteiro investem recursos em estudos para tentar entendê-lo”, frisa o pesquisador da Embrapa Luís Fernando Revers, responsável pela equipe que fez a descoberta. Ele explica que o controle genético da dormência em Rosaceae, família botânica à qual pertence a maçã, é um processo complexo e a identificação dos genes controladores é um grande desafio. “Podemos usar esse conhecimento para desenvolver novas cultivares com menor exigência de frio e continuar a produzir a fruta mesmo com o aquecimento percebido nos últimos anos”, esclarece.

Depois de identificar o gene responsável ICE1, a equipe da Embrapa Uva e Vinho criou um modelo hipotético explicando como ocorre o processo de indução e superação da dormência, etapa fundamental para garantir a produção dos frutos (veja vídeo abaixo). A ideia do projeto foi selecionar e estudar ao longo de sete anos duas populações segregantes de maçãs do Programa de Melhoramento Genético da Epagri, com diferentes períodos de brotação e floração, sendo mais tardias ou precoces. Nesse período, a pesquisa foi conduzida em duas etapas: genotipagem e fenotipagem. A etapa da genotipagem permitiu a montagem do mapa genético. Posteriormente, a integração dos dados de fenotipagem com o mapa genético levou à identificação dos locus

associado ao período de brotação e o gene ICE1.

Autoria do artigo

O artigo *Spring Is Coming: Genetic Analyses of the Bud Break Date Locus Reveal Candidate Genes From the Cold Perception Pathway to Dormancy Release in Apple (Malus × domestica Borkh.)* teve como autores: Yohanna Evelyn Miotto, Carolina Tessele, Ana Beatriz Costa Czermainski, Diogo Denardi Porto, Vítor da Silveira Falavigna, Tiago Sartor, Amanda Malvessi Cattani, Carla Andrea Delatorre, Sérgio Amorim de Alencar, Orzenil Bonfim da Silva-Junior, Roberto Coiti Togawa, Marcos Mota do Carmo Costa, Georgios Joannis Pappas Jr., Priscila Grynberg, Paulo Ricardo Dias de Oliveira, Marcus Vinícius Kvitschal, Frederico Denardi, Vanessa Buffon e Luís Fernando Revers.

O cruzamento dos resultados permitiu a elaboração da hipótese do modelo de brotação divulgado em um artigo científico intitulado *A primavera está chegando: análises genéticas do locus da data de brotação revelam genes de percepção do frio e de superação da dormência em macieira (Malus X domestica Borkh.) (Spring Is Coming: Genetic Analyses of the Bud Break Date Locus Reveal Candidate Genes From the Cold Perception Pathway to Dormancy Release in Apple (Malus X domestica Borkh.)*”, publicado na revista *Frontiers in Plant Science*.

O cientista da Embrapa conta que a geração de cultivares adaptadas a cenários com menor disponibilidade de frio demanda avanços no conhecimento básico dos mecanismos biológicos de controle da dormência das gemas. “Apesar de se saber a respeito da ação de alguns fatores sobre o controle da dormência, ainda não se dispõe do conhecimento de como eles se inter-relacionam e o que pode ser classificado como causa ou consequência”, pontua o pesquisador Marcus Vinícius Kvitschal, que coordena o programa de melhoramento genético da macieira da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), parceiro nas pesquisas da Embrapa Uva e Vinho. A equipe de Kvitschal irá testar na prática o uso conhecimento gerado no trabalho para o melhoramento de macieira.

Pesquisador explica o mecanismo de dormência e percepção do frio da macieira

Desenvolvimento acelerado de cultivares

O pesquisador da Epagri comenta que, caso a hipótese se confirme, a descoberta do funcionamento do ICE1 poderá acelerar o processo de desenvolvimento de uma nova cultivar em até dez anos. “A descoberta irá possibilitar ações de melhoramento mais precisas e rápidas por meio da seleção assistida por marcadores moleculares”, prevê. O cientista explica que a partir de agora a seleção de uma nova cultivar com menor exigência de frio poderá ser feita assim que a semente germinar, dispensado a sua avaliação de desenvolvimento no campo.

Evelyne Costes, pesquisadora da área de Melhoramento Genético e Adaptação de Plantas Mediterrânicas e Tropicais (AGAP) do Institut National de la Recherche Agronomique (INRA), da França, considera a parceria entre Embrapa e INRA importante para enfrentar o desafio imposto pelas mudanças climáticas. “Espera-se que a expertise complementar de cada grupo beneficie muito a parceria, implementada desde 2016 por meio de um projeto conjunto chamado Dormap, que se beneficiou do financiamento da Embrapa e da Agropolis”, lembra.

Ela conta que o trabalho é organizado em três eixos científicos principais: a geração e troca de dados genômicos; a análise funcional de genes relacionados à dormência e a exploração da variabilidade genética para apoiar o melhoramento de plantas. Entre os resultados futuros, Evelyne destaca a elaboração de um acordo permitindo a criação do “Laboratório Internacional Associado”, a ser construído por meio de parceria entre as instituições, a fim de facilitar as visitas mútuas de pessoal (estudantes e pesquisadores) e a elaboração de novos projetos a serem financiados para apoiar as pesquisas.

Mais de 600 horas de frio

A macieira, assim como outras fruteiras de clima temperado, é induzida ao estado de dormência pelos primeiros frios do outono e passa o inverno acumulando horas de frio para superar a dormência e retomar o crescimento na primavera. As cultivares dos grupos Gala e Fuji representam mais de 90% da produção brasileira e demandam em média de 600 a 800 horas de frio para superar a dormência e atingir uma produção sustentável. Segundo levantamentos da Área de Agrometeorologia da Embrapa Uva e Vinho, com base nos dados das Estações Meteorológicas do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), nos últimos cinco anos, a média das horas de frio (abaixo de 7,2°C) da região de Bento Gonçalves (RS) ficou em 302 horas e nos Campos de Cima da Serra, em 561 horas, ou seja, abaixo do considerado ideal para uma boa produção. Para compensar a exposição ao frio abaixo do ideal, a produção sustentável da macieira no sul do Brasil depende da aplicação de agentes químicos capazes de induzir a brotação.

Segundo acompanhamentos da equipe técnica é comum a ocorrência de perdas de produção atribuídas à insuficiência de acúmulo de frio durante o período de repouso hibernal e com as perspectivas das mudanças climáticas a produtividade poderá ser afetada.

De acordo com a Associação Brasileira de Produtores de Maçã (ABPM), hoje, além de atender o mercado nacional, a produção brasileira é responsável pela exportação anual de cerca de US\$ 52 milhões em fruta fresca. Por isso, desde 2007 a equipe da Embrapa, em parcerias com universidades e institutos de pesquisa no Brasil e no exterior, vem concentrando esforços na temática, a partir da execução de diversos projetos de pesquisa (veja quadro no fim do texto).

A pesquisa

“A escolha das populações da pesquisa foi feita a partir do trabalho desenvolvido pelo melhorista da Epagri, hoje aposentado, Frederico Denardi. Ele já havia selecionado algumas populações híbridas que a apresentavam menos requerimento de frio dentro do estudo que vinha conduzindo desde 1972, na Epagri”, explica Kivtchal, que deu continuidade ao trabalho.

Para essa pesquisa, foram selecionadas duas populações com base no fenótipo de requerimento de frio mediano dos genitores. Em uma das etapas do mapeamento genético foi realizado o sequenciamento parcial do genoma dos genitores para encontrar polimorfismos, ou seja, identificar diferenças. “Só é possível montar um mapa genético se forem identificadas as características segregantes e essa é a primeira etapa”, explica Revers.

A etapa seguinte foi fazer o mapa genético com base em chips de DNA para genotipagem em larga escala (nove mil marcadores de polimorfismo único). Além do trabalho de genotipagem no laboratório, a equipe também realizou a fenotipagem, ou seja, avaliaram no campo como essas populações se comportavam em relação ao frio e à brotação. Essa atividade ficou sob a responsabilidade da pesquisadora da Embrapa Ana Beatriz Costa Czermainski, que ao longo de sete anos acompanhou as populações do cruzamento no campo.

As duas populações foram cultivadas respectivamente em Bento Gonçalves, na Serra Gaúcha, e em Vacaria, nos Campos de Cima da Serra, uma região com invernos mais rigorosos, com o objetivo de mensurar o efeito do clima de cada região no período de brotação. “Durante o experimento, todas as plantas foram avaliadas de duas a três vezes por semana, nos meses de julho a novembro, para monitorar o momento exato da brotação e da floração”, conta a pesquisadora, que na sequência realizou a análise que resultou na fenotipagem.

Descoberta ajudará melhoramento genético em todo o mundo

Segundo Revers, depois de utilizar uma série de programas complexos que auxiliaram a fazer o mapa genético e da exploração da fenotipagem para identificação dos loci (regiões do DNA) associados à brotação/floração, o bolsista Tiago Sartor realizou uma inspeção visual detalhada no segmento de DNA da extremidade do cromossomo 9 e identificou o gene ICE1 na porção mais significativa do locus associado à brotação.

Ele conta que ao longo desse trabalho foram publicados diversos artigos sobre os avanços relacionados ao mecanismo da dormência e brotação nas macieiras e o grupo da Embrapa foi o único a identificar esse gene e a sua relação com o processo. “Achar o gene ICE1 foi crucial para elaborar a hipótese de como acontece indução da dormência e a brotação após o período invernal. Agora precisamos continuar e testar nossa hipótese na prática”, revela o pesquisador, que irá contar com a colaboração do INRA e da Epagri nessa nova etapa.

Melhoramento genético mais rápido

Kvistchal explica que se a hipótese for comprovada, o trabalho de melhoramento genético será mais rápido, possibilitando uma vantagem interessante. “Em vez de ter de esperar a nova seleção de macieira apresentar as características no campo, vamos poder fazer o teste logo que a semente germinar e, por meio da extração do DNA, avaliar o gene ICE1. Se tiver a marca, a seleção segue na avaliação e caso não tenha, já será descartada”, explica ele.

O pesquisador pondera que a descoberta será de extrema importância para todos os programas de melhoramento no mundo, especialmente para os interessados no desenvolvimento de novas cultivares mais adaptadas a regiões com menos frio, como é o caso do Brasil, garantindo maior agilidade e precisão na criação de cultivares. Nos 47 anos de existência do Programa de Melhoramento Genético da Maçã da Epagri, foram lançadas 19 cultivares, sendo 15 híbridas e quatro seleções de mutações espontâneas.

Para Costes, do INRA, a descoberta contribuiu significativamente para o estudo do processo de dormência e controle genético em macieira. Ela considera que a equipe liderada por Revers confirmou a robustez da associação entre a data da brotação e o locus na extremidade do cromossomo 9, onde estão presentes genes como ICE1, FLC e

PRE1. “As descobertas e a hipótese da brotação relatadas no artigo abrem novas perspectivas para a comunidade científica e para aplicações em fruticultura”, avalia ela.

Costes destaca que a descoberta não irá auxiliar apenas o setor produtivo no sul do Brasil, pois muitos outros locais sofrem com a redução da exposição ao frio, como regiões produtoras do Mar Mediterrâneo, por exemplo.

“Alguns dos genes que foram associados à data de brotação podem ser potencialmente usados em programas de melhoramento para obter novas variedades melhor adaptadas aos cenários climáticos presentes e futuros, no Brasil, mas também em diferentes países e para diferentes condições climáticas”, afirma a pesquisadora.

As pesquisas com macieiras

Ao longo de 12 anos, pesquisadores da Embrapa, Epagri e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) vêm fazendo uma série de experimentos, coletas e observações sobre os mecanismos de controle da dormência nas áreas de genética molecular, melhoramento genético, modelagem e fisiologia vegetal. A preocupação principal foram os efeitos impostos pelas mudanças climáticas no planeta, que afetaram negativamente a pomicultura brasileira. Essas são algumas publicações desses trabalhos:

Banco de dados sobre dormência: o Apple Bud Dormancy Database (Apple BDDDB) é um aplicativo para web que permite consultar uma base de dados de genes relacionados ao processo de dormência. Apresenta registros amostrais para os 57 mil genes de macieira a partir de oito experimentos comparativos, resultando em mais de 450 mil registros de níveis de expressão.

Coordenação: Embrapa Uva e Vinho. Instituições parceiras: Embrapa Trigo, Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, Embrapa Informática Agropecuária, Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Financiadora de Inovação e Pesquisa (Finep), Associação Brasileira de Produtores de Maçã (ABPM), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (Fapergs). Os recursos do projeto são oriundos da Embrapa, Epagri, Finep, **Capes**, CNPq e Fapergs.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Cientista mineiro é exemplo de como Minas pode superar crise

O movimento Sou Minas Demais, liderado pela Assembleia, mostra como o trabalho do pesquisador Ado Jorio contribui para o crescimento do Estado.

Iniciativa liderada pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), o movimento “Sou Minas Demais” busca mobilizar instituições públicas e privadas, lideranças e todos os cidadãos para que o Estado volte a crescer. Com essa união, o Parlamento mineiro pretende construir e reforçar o sentimento de que Minas Gerais é maior do que qualquer crise.

Essa mobilização também é um convite para recuperar a qualidade de vida do povo mineiro e trabalhar por um futuro melhor. E a construção desse futuro passa por diversas áreas, entre elas a ciência e tecnologia, tema que já tem sido objeto de frequentes debates e da discussão e aprovação de leis no Parlamento mineiro.

Nessa linha, o movimento “Sou Minas Demais” dá visibilidade a personagens inspiradores em suas áreas de atuação. É o caso do professor e pesquisador Ado Jorio de Vasconcelos. Incluído pela Thomson Reuters em lista dos cientistas mais influentes do mundo, ele também integra o rol de mineiros que contribuem decisivamente para o crescimento do Estado.

Ado Jorio é pós-doutor em Física pelo Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), nos Estados Unidos. Na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), cursou a graduação e o doutorado também na área. O pesquisador é membro titular da Academia Brasileira de Ciências e da Sociedade Brasileira de Física.

O cientista mineiro trabalha com a pesquisa e o desenvolvimento de instrumentação em óptica para o estudo de nanoestruturas com aplicações em novos materiais e biomedicina. Ele explica que, no âmbito da nanotecnologia, lida com a matéria em escala muito reduzida: um metro é dividido em um bilhão de fragmentos, e esse ínfimo pedaço é chamado de nanômetro. Ado Jorio afirma que esse é o tamanho, por exemplo, de moléculas do corpo humano.

No Laboratório de Nanoespectroscopia da UFMG estão em andamento projetos de pesquisas que podem resultar, por exemplo, na criação de um nanoscópio, aparelho que permitiria analisar diferentes nanoestruturas. O modelo de equipamento científico industrial, desenvolvido aqui, seria inédito no mundo, alcançando assim a comercialização internacional.

Outras pesquisas buscam soluções que podem revolucionar áreas da medicina e da tecnologia da informação. Está sendo desenvolvido equipamento, por exemplo, que permitirá realizar o diagnóstico do Mal de Alzheimer antes mesmo de a pessoa apresentar o quadro clínico da doença. Outros relevantes projetos se destinam a ampliar a velocidade da internet e agregar valor à minerais como o grafite, elevando significativamente o seu preço no mercado.

Prêmios – O professor recebeu, ao longo da carreira, diversos prêmios, dos quais se destacam: Prêmio Somiya (2009); da União Internacional das Sociedades de Pesquisa de Materiais (IUMRS, na sigla em inglês); Prêmio Scopus Brasil (2009), da Elsevier/Capes; e a Medalha da Inconfidência (2016), do Governo de Minas Gerais.

Para Ado Jorio, Minas Gerais já é referência no país na produção de conhecimento e no desenvolvimento de tecnologias. Em especial, para os jovens que ainda estão escolhendo uma profissão, o cientista aconselha que eles procurem se capacitar para resolver problemas ou mesmo para serem capazes de formular questões, o que está bem alinhado com o espírito do movimento “Sou Minas Demais”, que busca a superação da crise no Estado com criatividade e otimismo.

topo ↕

JOTA - TEMPO REAL

Concurso público para magistratura: por que idade mínima não é o verdadeiro problema

O que pode ser aprimorado na atual resolução que disciplina os processos de seleção?

O Conselho Nacional de Justiça convocou para o dia 22 de maio uma importante audiência pública voltada a discutir os concursos público para o cargo de juiz. A propósito do ato, alguns juristas foram ouvidos pelo JOTA e defenderam a fixação de uma idade mínima de 30 anos para ingresso no Poder Judiciário, o que, em tese, incentivaria a seleção de candidatos com maior experiência [1].

Esse argumento revive uma discussão já travada quando da instituição da exigência de três anos de prévia atividade jurídica dos candidatos e deixa de considerar dois aspectos: primeiro, de acordo com o censo realizado pelo próprio CNJ, a idade média de ingresso na carreira da magistratura já é superior a 30 anos desde 1991 [2]; segundo, não há qualquer correlação comprovada de que os poucos juízes que ingressam na magistratura com menos de 30 anos apresentam baixa eficiência e comportamento indisciplinar.

Se a variável idade não é garantidora de melhores julgamentos e práticas, o que pode ser aprimorado na atual resolução que disciplina os processos de seleção?

Vigora atualmente um modelo de concurso público para juiz que se preocupa em selecionar bons conhecedores da “doutrina dominante” e da “jurisprudência pacificada”, expressões do artigo 33 da Resolução CNJ nº. 75/2009, mas não necessariamente candidatos que apresentem o perfil institucional para o cargo. Esse último aspecto se torna uma variável meramente contingencial em um recrutamento que deveria consistir em mecanismo de fortalecimento do sentido público da atividade da magistratura e não de primazia da realização individual.

A questão adquire contornos centrais pois a forma pela qual os magistrados são recrutados interfere em graus de independência, accountability e na cultura institucional do Poder Judiciário, já que processos seletivos fortemente meritocráticos tendem a agravar comportamentos corporativos nos membros da magistratura [3]. Assim, ao ethos que prega o acesso à carreira como expressão de sucesso pessoal ou financeiro, estimulado pelo discurso que considera o ingresso na judicatura como uma vitória de quem tem mais “foco” e “força”, deve se contrapor um outro que a enalteça como função pública que impõe variados ônus e requer coerência e discricção; à seleção excessivamente objetificada e uniformizada deve se contrapor uma que seja interdisciplinar, concreta, dialogada e plural.

Sem pretensões de esgotar o problema, apresentamos quatro pontos que merecem reflexão na audiência pública. Consideramos que o concurso para o cargo de juiz deve: i) avaliar saberes interdisciplinares e competências extrajurídicas essenciais para o bom exercício da função; ii) prestigiar a produção intelectual publicada em periódicos bem avaliados e não necessariamente o conhecimento manualizado; iii) estabelecer um diálogo real entre candidato e examinador, evitando a objetivação excessiva e artificial do conteúdo cobrado nas provas; iv) ter bancas examinadoras com maior representatividade quanto ao gênero, raça e posições jurídicas, de modo a impulsionar a pluralidade e a democratização da instituição.

Avaliação de saberes interdisciplinares e competências extrajurídicas
Há dez anos atrás a Resolução nº. 75/2009, do CNJ, trouxe a promissora novidade de cobrança do conteúdo de “humanística” nas provas de concurso da magistratura. Os editais passaram a prever itens sobre “sociologia do direito”, “psicologia judiciária”, “ética”, “filosofia do direito” e “teoria geral do direito e da política”. Porém, a

concepção de que esses temas podem compor um guarda-chuva único, com baixo impacto na nota final, vai de encontro à necessidade de que o enfoque interdisciplinar transversalize a seleção como um todo. É difícil tratar de questões afetas ao direito constitucional sem noções sobre ciência política, filosofia ou economia, por exemplo.

Por isso, a junção de tantos temas no leque de “humanística” transformou em apêndices disciplinas que deveriam ocupar espaço central. Isso permite ainda que as provas cumpram o requisito pela menção a um único assunto lateral como o das “fontes do direito objetivo”, o qual equivocadamente consta no programa desta área.

Por outro lado, mesmo que tenha representado um ganho qualitativo em relação ao que existia, a regulamentação vigente não cuidou de transformar a exigência de “humanística” em um saber contextualizado, crítico e voltado à resolução de problemas. É usual que os candidatos ao cargo de juiz sejam arguidos sobre ética numa perspectiva escolástica, mas não saibam endereçar questões sobre os desafios identitários e redistributivos que fazem parte da realidade brasileira.

Esse passo de fomentar uma agenda interdisciplinar e concreta não é impossível e foi dado pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM). Hoje são itens do curso de formação inicial dos juizes o debate sobre direitos humanos com enfoque em casos de repercussão internacional, conflitos concretos, justiça de transição, impactos sociais e econômicos das decisões judiciais e temas correlatos [4].

No ponto do incentivo às competências extrajurídicas, é interessante que a avaliação se debruce sobre gestão, relações interpessoais e ainda sobre os projetos em curso no âmbito do Poder Judiciário. Nesse campo, um bom exemplo do que pode ser feito é tornar obrigatório o conhecimento sobre as métricas da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas que avaliam e comparam 193 países, considerando que recentemente, ao instituir o Laboratório de Inovação, Inteligência e Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (LIODS), a justiça brasileira inovou e incorporou a referida Agenda. De modo pioneiro, as metas do CNJ serão vinculadas a indicadores dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, com metodologia de pesquisa que resultou em mais de 7.000 itens analisados em 90 dias [5].

A prática de valorizar o que está em construção no Poder Judiciário, atualizando-se periodicamente os programas de concurso, parece-nos ter o condão de despertar, desde o início, o engajamento dos magistrados no aperfeiçoamento da instituição que pretendem integrar.

Desse modo, a “humanística” do concurso da magistratura precisa ser amplamente revisitada e a tônica da formação inicial deve orientar o recrutamento. O conteúdo das provas de concurso deve conversar com aquele hoje considerado pela Escola e pelo CNJ, através dos seus projetos gerenciais, como indispensável para o exercício da função.

Superando o conhecimento manualizado: inserção no concurso da produção científica contemporânea

A realização de avaliações de cunho objetivo não guarda nenhuma incompatibilidade com a referência a textos contemporâneos, sobretudo porque, no Brasil, a produção científica publicada em periódicos submete-se à avaliação pelo selo Qualis-Periódicos

da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**. Em substituição ao critério impreciso de “doutrina dominante”, que parece supor uma inexistente hierarquia de conhecimento ou a necessária validação dele por alguma autoridade, podem ser utilizados textos de vanguarda, previamente citados nos editais, que ampliem a capacidade crítica e inovadora da atividade jurisdicional, num fluxo que permita ainda a maior comunicação entre o Poder Judiciário e a academia.

Mais do que se debater sobre o pretense pensamento dominante, o bom juiz deve saber mapear criticamente o amplo espectro de posições jurídicas que permeia os conflitos a serem julgados, percebendo cada qual como representativa de uma perspectiva potencialmente legítima e justificada. A atividade de julgar ultrapassa aplicar automaticamente entendimentos pretéritos; em verdade, requer, a todo momento, avaliar posicionamentos contrários e confrontá-los em relação à constituição, às leis e aos precedentes.

Concurso como diálogo real entre candidato e examinador

Ainda que parte dos problemas e deficiências mencionados nos segmentos anteriores atinjam de modo amplo o ensino jurídico brasileiro, cuja linhagem é marcadamente formalista, enciclopédica e de baixa interseção entre teoria e prática [6], os tribunais podem adotar caminhos que se afastem da utilização indiscriminada de fórmulas padronizadas de seleção.

As provas devem não só espelhar a resolução de problemas conectados à realidade social, mas também dialogar com a trajetória dos examinadores. O apelo à “trajetória” traduz aqui a ideia de que a seleção valorize a narrativa coerente que estes devem construir na atividade judicante e que deve ser elemento submetido ao escrutínio público para diversos fins, inclusive o das sabatinas para provimentos de cargos. Enriquece o processo de seleção a prática de levar ao conhecimento dos candidatos a biografia, os julgamentos e o currículo dos avaliadores, uma vez que a existência de juízes sem padrão decisório e perfil claro alimenta a dinâmica de ocupação do espaço público em bases não transparentes e, no campo dos concursos, a ilusão da técnica dissociada do valor.

A seleção dialogada, desse modo, se pauta pela interação entre um portfólio consistente do examinador e elementos do currículo do candidato, que podem e devem ser explorados no momento da arguição oral. Nessa dinâmica, a experiência pretérita influencia a capacidade do candidato de resolver problemas concretos, constituindo o tipo de indagação fundamental ao processo seletivo.

Representatividade em bancas de concurso

O Conselho Nacional de Justiça instituiu, através da Resolução nº. 255/2018, uma política nacional de incentivo à participação feminina no Poder Judiciário, estipulando que deveriam ser criados mecanismos que assegurassem a participação de mulheres em bancas de concurso da magistratura. O momento de análise da Resolução nº. 75/2009 deve servir para que se dê cumprimento às diretrizes estabelecidas pelo próprio Conselho, ampliando-se o caráter plural da seleção.

Sugerimos, portanto, a alteração das regras da Resolução nº. 75/2009, de modo a garantir a paridade entre homens e mulheres nas bancas de concurso, inclusive afastando as normas regimentais dos tribunais que preveem a composição de bancas a

partir da mera transposição de integrantes das suas mesas diretoras. Essa providência eliminaria a atual situação de discriminação por força da qual, desde 1988, as mulheres compuseram menos de 10% das comissões que examinadoras instituídas [7].

Palavras finais

Uma década após a Resolução CNJ nº. 75/2009, a oportunidade de se debater os concursos públicos para o cargo de juiz é preciosa demais para que não seja aproveitada com a revisão dos aspectos fundantes do recrutamento hoje existente. A mudança qualitativa nos julgamentos e práticas institucionais do Poder Judiciário não será alcançada por travas quanto à idade ou outros aspectos paliativos. Ela passa, antes de tudo, pela necessidade de que sejam soltas as amarras que fazem do exame hoje a manifestação de um ensino jurídico distante, abstrato e formal, dissociado da produção científica contemporânea e da formação inicial aplicada aos magistrados.

A busca por uma objetividade ilusória e artificial não deve guiar prioritariamente a seleção de juízes. Sem que se perca de vista a necessidade de construir parâmetros objetivos – mas realistas – de avaliação e de controle, o concurso para o cargo de juiz deve escolher candidatos reflexivos em relação à realidade que os cerca, abertos à escuta e ao diálogo interpessoal e interinstitucional, e, o mais importante, conscientes de sua missão pública num ambiente constitucional-democrático.

[1] Cf. “Deve haver uma idade mínima para concurso para juiz?”, Portal Jota, 15.04.2019, disponível em: <https://www.jota.info/carreira/concurso-de-juiz-idade-minima-cnj-15042019>.

[2] Os dados constam no censo do Poder Judiciário do ano de 2013, disponível em: <http://www.cnj.jus.br/images/dpj/CensoJudiciario.final.pdf>.

[3] Luciano Da Ros, “Difícil hierarquia: a avaliação do Supremo Tribunal Federal pelos magistrados da base do Poder Judiciário no Brasil”, Revista Direito GV, São Paulo, nº. 9, jan-jun 2013, pp. 47-64.

[4] Resolução Enfam nº. 04, de 30 de novembro de 2017.

[5] Esse trabalho é fruto da atuação de Comitê Interinstitucional instituído pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para realizar estudos de integração das metas do Poder Judiciário aos indicadores e metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Foi recentemente apresentado o I Relatório que aponta as conexões entre a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) e as diretrizes da Justiça brasileira. Cf. notícia <https://www.anamatra.org.br/imprensa/noticias/28099-justica-brasileira-incorpora-a-agenda-2030-das-nacoes-unidas>, de 08.05.2019, acesso em 19.05.2019. Além disso, o Projeto do Laboratório de Inovação, Inteligência e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável está disponível em Portal aberto e contém relatório publicado em: <http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2019/05/2337a99814bdccdaa8045a4a4b7f48cae.pdf>.

[6] Diogo R. Coutinho, O direito nas políticas públicas, In: E. Marques, & C. A. Faria,

A política pública como campo multidisciplinar (pp. 181-200). São Paulo: Editora Unesp, 2013.

[7] Esses dados referem-se à justiça federal e constam em pesquisa realizada pela Comissão Ajufe Mulheres. Eles podem ser achados em “Gênero, espaço público e poder: uma análise sobre a composição das comissões examinadoras de concurso da magistratura”, Revista Publicum Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, 2017, p. 352-370.
<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/publicum>.

CLARA DA MOTA SANTOS PIMENTA ALVES – Juíza Federal. Doutoranda em direito econômico pela Universidade de São Paulo. Mestre em Direito Constitucional pela Universidade de Brasília.

MARIA TEREZA UILLE GOMES – Conselheira do Conselho Nacional de Justiça. Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná. Mestre em Educação pela PUC PR. Especialista em Direito Administrativo e Direito Processual Penal. Professora titular do Mestrado na Universidade Positivo.

PEDRO FELIPE DE OLIVEIRA SANTOS – Juiz Federal. Doutorando em direito pela Universidade de Oxford. Mestre em direito pela Universidade de Harvard.

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Ministro da Educação estuda dar bolsa para quem tiver nota alta no Enem e quiser ser professor

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, estuda criar uma bolsa para jovens que queiram ser professores do ensino básico. A ideia seria a de premiar alunos com altas notas no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e que quiserem cursar Pedagogia.

Weintraub tem se reunido com fundações que apoiam a educação e a proposta surgiu nessas conversas.

Atualmente, 70% dos alunos que escolhem Pedagogia no Enem têm notas abaixo da média. A intenção de programas como esse é a de estimular que os melhores alunos do ensino médio queiram ser professores.

Países como Chile e Cingapura têm programas semelhantes, com bons resultados.

Weintraub tem se reunido com fundações de apoio à educação

A bolsa seria dada ao aluno durante a graduação. O problema é que o projeto está vinculado ao fim do contingenciamento de recursos que reduziu as verbas do MEC.

Por isso, ainda não há previsão do valor que seria pago ou de quando a ideia poderia ser colocada em prática pelo governo.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Conselho Universitário elabora lista tríplice para escolha do reitor da Universidade Federal do Ceará

Lista será enviada para o presidente Jair Bolsonaro, que escolherá entre Custódio Almeida, José Cândido Lustosa Bittencourt e Maria Elias Soares, os três mais votados.

Foi divulgada na tarde desta segunda-feira (20), em Fortaleza, a lista tríplice elaborada pelo Conselho Universitário (Consuni) para a escolha do reitor da Universidade Federal do Ceará (UFC) para o quadriênio 2019-2023.

A votação secreta e uninominal contou com o voto de 47 conselheiros, que definiram os nomes de Custódio Almeida, atual vice-reitor, com 25 votos, seguido do diretor da Faculdade de Direito, José Cândido Lustosa Bittencourt de Albuquerque, com 9 votos, e da diretora do Campus de Crateús, Maria Elias Soares, que conquistou 8 votos.

Em consulta pública realizada no último dia 8 de maio, o atual vice-reitor, Custódio Almeida, obteve 7.772 votos, número que corresponde a 64,8% do total, sendo o mais votado pela comunidade acadêmica. José Cândido também participou do pleito, mas ficou em terceiro lugar, recebendo 610 votos (4,61%).

A professora Maria Elias Soares apresentou seu nome para a votação no conselho em razão da desistência do candidato Antônio Gomes de Souza Filho, que também participou da consulta pública, conquistando o segundo lugar, com 3.499 (25,89%).

O certame desta segunda-feira (20) teve 4 votos em branco e um nulo. O presidente do Consuni, reitor Henry de Holanda Campos, absteve-se de votar.

A lista seguirá para o Ministério da Educação (MEC), em Brasília para nomeação. Um dos três nomes será escolhido reitor da UFC pelo presidente da República, Jair Bolsonaro.

topo ↕

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

Da “balbúrdia” ao que interessa: Congresso discute Fundeb

Fundo responsável por recursos para a educação básica expira em 2020 e será debatido no Congresso ao longo desta semana

A educação esteve em pauta na semana passada, com o presidente Jair Bolsonaro chamando manifestantes que criticavam o contingenciamento de universidades de “idiotas úteis”. Agora, o Senado tem a oportunidade de se dedicar a um tema de fato fundamental para o setor. Começa nesta terça-feira um ciclo de discussões sobre a manutenção do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), que expira no fim de 2020.

Em vigor desde 2007, o Fundeb financia a educação básica, da creche ao Ensino Médio. A maior parte do dinheiro vem de estados e municípios, responsáveis pela maioria das escolas, mas a União complementa 10% do valor total do fundo para que as localidades atinjam investimento mínimo — o que, em 2019, está na casa de 4.000 reais por aluno ao ano. O fundo surgiu justamente para que, por meio de recursos da União (que fica com a maior parte dos impostos), o Brasil conseguisse elevar os estados mais pobres ao patamar de investimento dos mais ricos.

Além de renovar o fundo, os projetos sobre o tema no Congresso pedem que ele seja incorporado à Constituição. Há divergências sobre o papel da União. A PEC 65/2019, capitaneada por políticos da Rede, quer que a complementação da União vá progressivamente de 10% para 40%, o que aumentaria o investimento por aluno. Já a PEC 15/15, defendida por municípios, propõe que a complementação fique somente em 15%, e pede também revisão (para baixo) no piso salarial dos professores — que ocupa

grande parte dos gastos dos municípios e é uma das principais atribuições do Fundeb.

O Fundeb está fora do teto de gastos públicos aprovado em 2016, o que abre margem para que o investimento em educação seja ampliado. Na educação básica, o Brasil investe um terço da média dos países desenvolvidos por aluno e paga três vezes menos aos professores, segundo a edição 2018 do relatório Education at a Glance, da OCDE.

Apesar de ainda ter muito o que avançar (incluindo na efetividade dos recursos que já existem), o Fundeb foi responsável pela disparidade entre estados cair pela metade, segundo levantamento da ONG Todos Pela Educação, e é consenso por estudiosos do setor que precisa ser mantido e aprimorado. As divergências estão em como isso será feito, sobretudo em meio aos recentes cortes no orçamento de educação do governo — e se será feito a tempo, diante de um MEC que se ocupa mais em discutir “balbúrdias” inexistentes do que as pautas urgentes para a educação no país.

topo ↕

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

Agora sou homemfóbico, diz Bolsonaro ao escolher 1ª reitora da UFRJ

Denise Pires de Carvalho será a primeira mulher a ocupar o cargo de reitora da universidade em 100 anos de instituição

Por Estadão Conteúdo

21 maio 2019

Rio de Janeiro — Denise Pires de Carvalho, de 54 anos, é a primeira mulher a ocupar o cargo de reitora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que vai completar 100 anos em 7 de setembro de 1920.

Ela havia sido a primeira colocada na eleição interna da instituição em abril, que elaborou uma lista tríplice, encaminhada ao presidente da República, Jair Bolsonaro. Nesta segunda-feira, 20, em um evento na Federação das Indústrias do Rio (Firjan), ele informou sobre a nomeação dela.

“É a pessoa adequada para estar à frente da UFRJ”, afirmou Bolsonaro. “Agora vão dizer que sou ‘homemfóbico’”, continuou o presidente, observando que os outros dois indicados eram homens.

Denise já havia se candidatado uma vez ao cargo, em 2015, quando perdeu para Roberto Leher, reitor que agora vai substituir. Denise faz oposição ao grupo que administrou a UFRJ nos últimos anos — critica, por exemplo, o projeto de expansão da universidade, alegando que o número de alunos cresceu sem que houvesse ampliação da estrutura.

Formada em Medicina pela UFRJ em 1987, Denise concluiu mestrado em Ciências Biológicas (Biofísica) em 1989 e doutorado em Ciências em 1994, ambos pelo Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho, órgão da UFRJ. Ela também fez dois pós-doutorados: no Hôpital de Bicêtre, Unité Tiroïde, em Paris, em 1995; e na Università Degli Studi di Napoli, em Nápoles, em 2006.

A nova reitora é professora titular do Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho e já ocupou diversos cargos na UFRJ: incluindo o de diretora do Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho, de 2010 a 2013; o de coordenadora de Graduação (de 1998 a 1999); e o da Pós-Graduação (de 2001 a 2005), além de ter sido vice-diretora do Instituto de Biofísica (de 2007 a 2010) e integrante do Conselho Universitário de 2012 a

2016.

Trabalhos

Ela já publicou mais de 140 trabalhos e proferiu mais de 50 conferências no Brasil e no exterior. Atualmente é revisora de mais de 20 revistas científicas internacionais. Tem experiência na área de Endocrinologia e Fisiologia, com ênfase em Fisiopatologia Tiroide. Denise também é mãe de aluna: uma de suas filhas cursa Medicina na UFRJ. A outra formou-se em Ecologia na mesma universidade.

Nesta segunda-feira, 20, apesar de feliz, ela manteve a discrição ao falar à imprensa e aos amigos. “Precisa aguardar a publicação no Diário Oficial. Sou muito pé no chão”.

topo ↕

PORTAL VEJA - TEMPO REAL

Rui Costa (PT) quer que ricos paguem mensalidade em universidade pública Para o governador da Bahia, é injusto que pessoas que estudaram em escolas privadas não paguem nada quando vão para instituições públicas de ensino superior

O governador da Bahia, Rui Costa (PT), defendeu, nesta segunda-feira, 20, que ricos paguem mensalidades em universidades públicas. Para ele, é “injusto” que pessoas que estudaram em escolas privadas caras não paguem nada quando vão para instituições públicas de ensino superior.

“Alguém que pagou a vida inteira para os seus filhos em escola particular cara não tem condições de contribuir com a universidade? Qual problema que tem isso? Isso é proibido por quê? Eu não vejo problema nenhum”, declarou. “Nós queremos fazer coisas que país rico não faz. A gente abre mão de um recurso. País rico não abre mão”, acrescentou.

Para o petista, haverá resistência no seu próprio partido à tese defendida por ele. O governador ressaltou que o ambiente polarizado do país prejudica o debate sobre o assunto.

“Isso é considerado um tabu. Quem é contra não é contra que rico pague, mas acha que isso é início da privatização da universidade. Que o passo adiante é cobrar de todo mundo. Então, fica esse discurso temeroso”, salientou. Rui Costa fez questão de salientar que é contra a privatização de universidades públicas.